



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO
DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes a Sra. Eng^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro e o Sr. Dr. Fernando José Ferreira Alves, cujas faltas foram consideradas justificadas pela Mesa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Também se encontravam ausentes o Sr. João José Pereira Esteves e o Sr. Licínio Manuel Silveira das Neves, que não justificaram as suas faltas, pelo que lhe foram consideradas injustificadas.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do Dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Autorização, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para a repartição de encargos da empreitada de “Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e da EM 507-1-ER / Limite do Concelho / Pólo Industrial do Seixo da Beira”.

III – Designação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, de um representante do Município de Oliveira do Hospital no Conselho da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa perguntou se, apesar de ter sido aprovada em minuta, algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer algum reparo à acta da reunião realizada no dia trinta do passado mês de Abril, não se tendo ninguém pronunciado sobre esta questão.

Prosseguindo, fez a seguinte intervenção:

“Por motivos que mais tarde vão perceber, agradecia aos Srs. Deputados que estão mais ao fundo que se colocassem mais à frente e da mesma maneira pedia aos serviços que, de futuro, fosse constituído um pequeno corredor entre o público e a Assembleia Municipal, para ver se evitamos aqui uns “comandos de retaguarda” a que eu, às vezes, assisto. Isto porque convém dar alguma dignidade às instituições e aos actos e convém que a gente não esteja a dar moral aos outros quando nós próprios não somos capazes de a praticar. Portanto, eu voltava a pedir que estes lugares que estão à frente ficassem preenchidos, de forma a ficarmos homogéneos, com os membros da Assembleia todos seguidos.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia fez a seguinte proposta:

“Como sabem, faleceu, fez ontem oito dias, o escritor Saramago. Penso que não preciso estar a dizer a nenhum de vocês quem foi José Saramago, a obra que ele fez e que está traduzida... Penso que é o escritor português mais traduzido. Não garanto que assim seja, considerando Camões. Mas é, de qualquer forma, o único escritor português que tem o Prémio Nobel da Literatura. Não me vou alongar muito mais porque penso que todos conhecem a grandeza da obra deste Senhor que nos deixou, razão pela qual, enquanto Presidente desta Assembleia, gostava de propôr um voto de pesar por esta perda na nossa cultura.

A este propósito, se alguém quiser usar da palavra, faça o favor de se inscrever.”

O Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Acho que faz todo o sentido o voto de pesar que foi proposto porque José Saramago nasceu pobre, como muitos de nós. Não tinha, sequer, um único livro em sua casa, como foi referido na semana passada várias vezes. Quando era menino não tinha livros em casa. Teve de trabalhar em novo, para sobreviver. Teve de ler, para saber. Começou a escrever. Teve muita dificuldade em publicar o primeiro livro. Mas, a partir do momento em que o primeiro livro foi publicado, começou imediatamente a vender e começou a vender em todo o mundo. Eu vi livros dele em locais onde – com todo o respeito – não era suposto como, por exemplo, em Viena de Áustria, que é um centro de grande cultura e onde há livros dos maiores escritores do Mundo. Vi livros do Saramago em Washington que, como sabem, é uma cidade cosmopolita onde há uma disputa para fixar livros, na ordem dos milhões, não dos milhares. Havia livros do Saramago. Não havia livros de mais nenhum de Portugal. Também noutros locais, como sabem, havia livros de Saramago expostos. Havia e há. Na Alemanha, em França, no México, além de Cuba. Isto mesmo antes de ele receber o Prémio Nobel. Saramago era um artista, criador de imagens e de história. Relembro que o Convento de Mafra passou a ser visitado por milhares de turistas, essencialmente devido ao Memorial do Convento.

Por tudo isto – muito mais haveria a dizer – eu acho que faz todo o sentido que seja aqui aprovado um voto de pesar como, aliás, o tem sido na maior parte das autarquias do País.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis:

“Estou de acordo com o voto de pesar pelo desaparecimento físico de José Saramago, um militante comunista de há muitos anos, um auto-didacta na tarefa de escrever, portanto, com noventa por cento de suor e dez por cento de imaginação.

De facto, ganhou um estatuto à escala universal. E, nessas circunstâncias, levou a língua de todos nós e muitas das coisas que são nossas, intrinsecamente do Povo português, ao conhecimento de praticamente todos os países do Mundo. Traduzido em mais de quarenta e tal línguas, dá uma ideia dessa dimensão.

Lembrar o “Levantado do Chão”. Lembrar o “Memorial do Convento”. E não entro agora aqui nos livros polémicos. Dizer apenas que um desses livros mais polémicos, do ponto



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de vista das suas posições ideológicas, da sua ideologia, da sua maneira de se colocar perante a questão da Igreja Católica – não propriamente da religião, mas mais da Igreja Católica... Tem alguns livros polémicos. Mas, eu devo dizer-vos que, em relação a este último, se fosse eu, nem sequer discutia. Então não podemos dar a nossa opinião sobre Deus? Se é proibido ou se se é atacado por dar a opinião sobre Deus, é um sintoma da manifesta intolerância que, de facto, a hierarquia da Igreja Católica desde sempre teve e continua a ter. Intolerância. Se eu fosse Saramago – passo a imodéstia – nem dava resposta. Queria lá saber o que é que diziam. Quanto mais falavam no livro mais livros vendia. E, por aí, também ficou a ganhar. Estes são apartes.

Dizer que não podemos esquecer que não há muitos anos, no Portugal de Abril, um dos seus livros esteve no Índice. E termino apenas dizendo que, se Saramago vivesse no tempo da Inquisição, ou tinha sido queimado ou não tinha escrito os livros.

Mas, de facto, o voto de pesar, acho que se justifica.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Carlos Folques, que fez a seguinte intervenção:

“Também pretendia transmitir o nosso voto de pesar pela morte do escritor Saramago. Atendendo à sua dimensão e à sua universalidade, este voto de pesar deve – na consciência de todos nós, portugueses – ter um peso muito elevado.”

Depois das intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de voto de pesar pelo falecimento do escritor José Saramago, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Em seguida, o Sr. António dos Santos Lopes fez a seguinte intervenção:

“Queria pedir aos serviços da Assembleia que, de futuro, fossem enviados os documentos desta Assembleia aos órgãos de comunicação social do concelho e ao Diário “As Beiras”, uma vez que são os jornais mais lidos aqui.

Penso que isto cabe nas atribuições do Presidente. De qualquer forma, gosto das coisas transparentes e participadas. Perguntava – como é meu costume – se alguém tem alguma reserva sobre esta prática e se quer dizer alguma coisa sobre o assunto.”

Não havendo qualquer intervenção sobre a matéria, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu:

“Ainda sobre as homenagens: já foi aprovado, aqui há dois anos, pelo menos, a homenagem ao Fernando Lopes Graça. Já voltámos a falar disso aqui, há dias. O Senhor já morreu e também não queria que algum de nós morresse sem ver a homenagem feita, pelo que voltava a recomendar à Câmara que tivesse em conta esta aprovação da Assembleia. Por uma dignificação do órgão, acho que estas coisas devem ser levadas à prática em tempos mais ou menos adequados. Sei que o Verão está muito preenchido mas, se calhar, caía bem um concerto de Outono. Penso que até há um coral com o nome do próprio músico. Se calhar, não ficaria mal a Câmara e a Sra. Vereadora da Cultura pensarem numa situação dessas para essa altura.

Queria também felicitar as Comissões Concelhias do PSD e do PS que, neste



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervalo, tiveram os seus actos eleitorais e foram eleitas as novas Comissões. Queria desejar, naturalmente, as maiores felicidades a ambas. E – espero eu – que pugnem pela democracia, que pugnem pela dignificação do concelho, que pugnem pelo bem-estar dos munícipes, que é para isso que os partidos existem e é isso que os cidadãos esperam. Portanto, da minha parte, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não queria deixar passar os actos e formular os votos que acabei de formular.”

Seguidamente, entrando-se no Período Antes da Ordem do Dia, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para fazer a seguinte intervenção:

“Se me dessem licença, eu gostava de usar da palavra para defesa da honra desta Assembleia:

Tenho pena que não estejam cá os visados. De qualquer forma, não vou deixar de fazer o que tinha previsto fazer porque as coisas, ou se fazem nas horas, ou perdem o seu interesse.

Na última Assembleia, eu disse aqui que me sentia incomodado com a viatura em que o Sr. Presidente da Câmara se desloca. Portanto, pedi – como é meu costume – a vossa intervenção para fazerem as críticas e intervenções que entendessem e ninguém, nesta Assembleia, se quis pronunciar sobre o assunto. E também não me consta que se tenham pronunciado depois disso.

É óbvio que isto é um assunto que não precisava de vir à Assembleia e nem sequer precisa de ir à Câmara Municipal. Como sabem, o Sr. Presidente da Câmara tem poder para fazer despesas até cento e cinquenta mil euros. E eu confesso que, quando disse isso, não estava a pensar dar a dignidade a esse preço. A dignidade não tem preço. O que eu defendia e continuo a defender é que o Sr. Presidente do Município de Oliveira do Hospital, quando se apresentar junto dos seus pares naquelas muitas reuniões em que tem que participar... Não é pelo Sr. Presidente que, como os Senhores sabem, anda aí num Renault Clio e anda maravilhosamente. Quando fôr o José Carlos Alexandrino, ele que ande onde quiser: pode andar de bicicleta e pode até andar de burro. Quando estiver ao serviço deste Município, eu continuo a fazer questão que o Sr. Presidente dê uma imagem de dignidade e de prestígio deste concelho. Portanto, eu estou sujeito às críticas. O *online* do “Beira Serra” também serve agora para criticar o poder. Porque, como eu sempre disse, os jornais – sejam eles quais forem – devem ser contra-poder. Eu convivo muito bem com a crítica. Não tenho qualquer problema, como também não tenho qualquer problema de assumir aquilo que penso. Portanto, como eu disse, não era necessário vir aqui à Assembleia.

Na reunião de onze de Maio, os Srs. Vereadores do PSD entenderam por bem comentar o assunto na reunião de Câmara. E eu quero dizer aos Srs. Vereadores do PSD e a todos os membros desta Assembleia que esta Assembleia é que fiscaliza e censura a Câmara. Não é a Câmara que fiscaliza e censura esta Assembleia. E quero dizer solenemente ao Sr. Presidente da Câmara que, não obstante a nossa amizade e não obstante sermos da mesma bancada, eu não tolero que, no organismo “Câmara Municipal” seja questionado, seja censurado nenhum membro desta Assembleia pelos motivos atrás expostos. E, se isso voltar a acontecer, não tenha dúvidas que eu venho a esta Assembleia propôr uma moção de censura, ou outra medida que considere adequada, porque, como eu disse, o respeito pelas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instituições é um dever de nós todos e os que estamos cá dentro temos o dever sagrado de dar o exemplo e de não pactuar com determinadas situações.

Mandava-me o Sr. Vereador Paulo Rocha que eu me devia preocupar era com os carros e as despesas dos Srs. Administradores das Águas do Zêzere e Côa. Eu não tenho por hábito imiscuir-me onde não sou chamado e onde não tenho mandato para me imiscuir, razão pela qual não disse isso aos Srs. Administradores. O Sr. Presidente da Câmara, se assim o entender, o fará. Mas gostava de lembrar que foi o Sr. Vereador Mário Alves – então Presidente da Câmara – que decidiu pela adesão às Águas do Zêzere e Côa. E o Sr. Presidente da Câmara de então, que saiu daqui há menos de um ano, fazia parte dos órgãos onde se tomam essas decisões ou, pelo menos, se fazem as discussões. Confesso que não sei qual é o papel da Câmara de Oliveira na instituição mas sei que faz parte das decisões. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara teve todo o tempo para corrigir essas irregularidades e essas situações que tanto o incomodam.

A este respeito, eu já pedi aos Srs. Membros da Assembleia que nos posicionássemos aqui dentro... E não foi por acaso que pedi. E volto a dizer que, se quiserem dizer que o Sr. Presidente é ditador, também estou à vontade com a crítica. Mas, como eu disse, há questões de princípio de que não se deve abdicar.

E também quero dizer – e é pena os Srs. Vereadores não estarem cá – que eu não tolerarei mais que os Srs. Vereadores do PSD estejam aí atrás da Assembleia, num local que é suposto ser do público – e eu dali nunca consigo ver se há essa barreira; por isso vamos arranjá-la – a fazer um determinado “comando de retaguarda”. Porque, como eu disse, o meu conceito de dignidade relativamente aos Srs. Vereadores do PSD, penso que já estamos esclarecidos desde o dia vinte e seis de Março de dois mil e seis, em que, definitivamente – toda a gente sabe – o conceito de democracia dos Srs. dois Vereadores, do respeito pelas instituições democráticas e de outras coisas mais que não vale a pena estarmos a alongar-nos, é diametralmente oposto à forma como eu os vejo. Se calhar, esse é um dos motivos por que aqui estou. E, portanto, os Srs. Vereadores do PSD, de futuro, e segundo o mandato que o Povo lhes deu, espero que se sentem ali ao lado dos outros Srs. Vereadores, como é de seu direito. Se o não quiserem – porque não são obrigados a estar cá – vão-se sentar no local do público e como tal se vão comportar, silenciosa e respeitosa, porque eu não vou permitir, de futuro, que haja umas situações que aqui têm havido e que eu, para não estarmos a criar atritos, tenho feito de contas que não vejo.

Portanto, fica aqui claríssima qual é a posição do Sr. Presidente da Assembleia Municipal quanto a estes assuntos.

Já me têm até criticado porque é que eu não ponho cá o carro ao Sr. Presidente. Se calhar já o tinha posto e já tinha resolvido o problema porque, quem comprou um para os bombeiros por cento e dez mil euros, também comprava um de cinquenta para a Câmara. Mas continuo a dizer que está em causa a dignidade da Câmara e a Câmara tem condições para comprar o carro. Srs. Vereadores: só na obra de Aldeia das Dez e de Travancinha e que vai agora começar – já aqui foi dito pelo Nuno Filipe – a Câmara está prejudicada em mais de duzentos e cinquenta mil euros e a população está prejudicada em três anos de atraso sem ter as obras.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Só no foguetório de artifício do ano passado foi gasto mais do que o valor do carro. Portanto, nós não recebemos lições de moral de toda a gente. O Sr. Presidente da Assembleia anda aqui de forma transparente. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal – toda a gente sabe – não faz uso de nada da Câmara. Nunca teve nada do serviço público e não recebe lições de moral de ninguém. E, nesta questão particular, continuo a dizer, é uma questão da representatividade, da imagem e do prestígio do Município, da qual não abduco.

Como o assunto não é da minha responsabilidade, fica com quem o deve, que é o Sr. Presidente da Câmara. Eu só trouxe esse assunto aqui precisamente por estarmos numa situação de crise, precisamente porque havia uma outra prática com a qual eu nunca concordei, senão tinha estado do mesmo lado e nunca estive. E trouxe aqui por pensar que podia ser um assunto polémico e para saber a opinião dos dignos representantes do concelho, que são os Senhores. Só por isso é que eu trouxe aqui o assunto. Porque, enquanto eu aqui estiver, há-de pautar-se pela transparência.

Não penso voltar ao assunto. Estou perfeitamente à vontade para todas as críticas que me queiram fazer. Naturalmente irei dar a palavra a quem o quiser fazer, se pretender falar sobre o assunto. Mas, para que fiquem separadas as águas e para que se perceba perfeitamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não pactua com determinado tipo de atitudes e comportamentos.”

Seguidamente, interveio a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Dra. Sónia Madeira:

“Eu tenho hoje, aqui, o dever de transmitir a preocupação – e talvez indignação – da população da freguesia de Aldeia das Dez. O principal assunto que me traz aqui é a obra da estrada que faz a ligação entre Aldeia das Dez e Vale de Maceira. Até agora não me pronunciei porque considero que é positivo não me pronunciar. No entanto, a preocupação da população não me é indiferente. E, neste momento, as pessoas sentem-se indignadas pelo facto do *terminus* de execução da obra se estar a aproximar e esse fim ainda estar longe. Uma vez que essa estrada é a única via possível para pessoas que trabalham em Oliveira do Hospital se deslocarem, fica cada vez mais complicado de o fazerem. Porque, neste momento, o piso está perigoso, a sinalização – como eu já havia comunicado à Câmara Municipal – foi escassa desde o início da obra e inexistente em alguns locais.

Devo mesmo frisar que se aproximam festas na freguesia, nomeadamente no fim-de-semana que vem a Festa de Nossa Senhora das Preces, em Vale de Maceira, e que vão deslocar-se muitos autocarros e muitas viaturas a esse local. Fica complicado, especialmente, transitar entre Goulinho e Vale de Maceira. Foi colocado *tout-venant*. Eu não sou especialista na matéria mas verifico que existe solo arenoso e que, realmente, fica complicada a situação de quem lá transita. As pessoas também sentem que o prazo devia ser cumprido pela empresa em questão, até porque nem sempre esteve na obra. Houve várias semanas que a empresa não esteve na obra. Penso que essa situação devia ser analisada.

Outra situação de eu devo aqui referir é que foi gasta a água de um tanque de apoio ao combate de incêndios. Devo dizer também que, durante esta semana, não me chegou informação – e eu também não me pude deslocar ao local – sobre se o referido tanque já voltou a ser cheio ou não. De qualquer forma deixo aqui um apelo ao Sr. Presidente da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara no sentido de averiguar a situação.

Há dois dias atrás, fiquei aliviada por ter conhecimento que o muro da Gramaça está, neste momento, a ser reconstruído. Esse muro é de suporte a uma passagem pedonal e é a única via de acesso ao final da anexa da Gramaça. E, assim que eu soube que estava a constituir perigo público, tive a necessidade e a obrigação de comunicar ao Sr. Presidente que, por sua vez, teve a rapidez de adjudicar a obra. No entanto, só agora, passados vários meses, é que foi iniciada. E eu devo comunicar que estou realmente aliviada por essa situação. Devo também dizer que, em relação ao muro do Avelar, a situação é idêntica porque esse muro desabou aquando das chuvas, houve aluimento de terras. Embora seja uma povoação com apenas seis ou sete habitantes anuais, existem visitantes e existe perigo de vida. Assim, também aqui fica essa informação.

Por último, queria falar da recolha do lixo em Aldeia das Dez. como sabem, a recolha do lixo é da competência dos serviços municipais. No entanto, como é do conhecimento público e de quem conhece Aldeia das Dez, sabe que tem uma situação geográfica característica: ruas extremamente estreitas, íngremes, de difícil acesso. Em algumas é mesmo impossível transitarem veículos automóveis ou camiões. Portanto, não é possível a recolha de lixo pelo camião da Câmara. Quem é que procede à recolha do lixo nessas tais ruas íngremes, de difícil acesso – até pedonal – dadas as condições actuais da calçada, bastante degradada? Quem recolhe são os funcionários da Junta, com um porta-contentores já bastante degradado e pedonalmente. É um serviço que não dignifica quem o faz e eu, como lido com isso diariamente, já alertei variadíssimas vezes o Gabinete das Freguesias para o facto, por sentir que o trabalho não é compensado pelo Município. As taxas de recolha do lixo revertem a seu favor mas não tenho nada contra isso. O único ponto que devo acentuar é que essa recolha é feita pelos funcionários da Junta, que são funcionários efectivos, pagos por nós, que ocupam a maior parte da semana a fazer essa recolha do lixo, que é feita duas vezes por semana pelos camiões da Câmara. Os funcionários da Junta têm que acartar esses contentores ou retirar os sacos de dentro dos contentores e colocá-los nos contentores da via principal, sem meios para isso. Como estava a dizer, não dignifica quem faz esse serviço. Esses funcionários são efectivos na Junta de Freguesia, são pagos por um F.E.F. pequeno, que tem a ver com o número de eleitores. E fica cada vez mais complicado gerir a situação da freguesia, uma vez que eles demoram vários dias durante a semana para fazer essa recolha do lixo.

Queria referir ainda mais duas situações: neste momento, nós fazemos também a recolha do lixo no Lar de Aldeia. Existem vários acamados, pelo que os contentores estão sempre cheios de fraldas. Fica ainda mais difícil recolher esse lixo, como devem calcular, embora eu já tenha comprado – do meu bolso – máscaras para conseguirem retirar esse lixo. Também fazemos a recolha do lixo do Hotel Quinta da Geia porque eu requeri ao Município a colocação de dois contentores e que o camião do lixo fosse lá. Foi-me informado, pelo Gabinete de Apoio às Freguesias, que isso iria acontecer. De tal forma que foram lá colocados os dois contentores. Passada uma semana foi-me informado que tinha havido um erro e que não poderia ser feita a recolha do lixo no Hotel Quinta da Geia porque é privado. Meu Senhores e minhas Senhoras: o que peço – acho que não é demais – é que apoiemos instituições que contribuem para o desenvolvimento das freguesias, do município. E o Hotel Rural Quinta da Geia é, realmente, uma referência neste município. E eu, atendendo a isso, fiz



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com que a recolha do lixo fosse possível.

Também fazemos a recolha do lixo no Avelar porque essa população não tinha onde colocar o seu lixo. Colocava-o no pinhal, na mata, e nós sabemos que existem detritos que demoram mais de cinquenta anos a ser degradados. Portanto, a preocupação ambiental está patente também na freguesia de Aldeia das Dez, pelo que vamos lá semanalmente recolher esse lixo.

O que eu peço aqui é apenas colaboração, uma maior colaboração do Município para algo que estamos a fazer e que não nos deixa desenvolver outras actividades.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Eng^o Carlos Maia, pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, queria salientar com agrado a chegada, às Juntas de Freguesia, da primeira tranche do “bolo” dos quinhentos mil euros que a Câmara decidiu distribuir pelas Juntas de Freguesia, reforçando com isso, substancialmente, as verbas que anteriormente eram dadas às Juntas de Freguesia.

Quero dizer – porque parece que há algumas dúvidas na cabeça de alguém – que, concretamente à Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, relativamente a esta verba que lhe foi atribuída, vai ser integralmente – e sublinho o termo integralmente – aplicada em obras na freguesia. Parece que alguém questionou isto e pôs em dúvida a aplicação destes dinheiros. Quero dizer que, relativamente à freguesia de Ervedal, estarei disponível, a todo o momento, para essa pessoa ou essas pessoas, que porventura tenham dúvidas sobre a aplicação desses dinheiros, para mostrar no local as obras que irão ser feitas com essas verbas. Não estamos aqui a brincar, estamos aqui a trabalhar a sério. Por isso, contamos cada vez mais com o apoio da Câmara Municipal, a bem das populações. Por conseguinte, foi-nos pedido pela Câmara Municipal – como penso que a todos os Presidentes de Junta de Freguesia – um elenco de obras para os próximos quatro anos, das tais ditas pequenas obras. Penso que todos os Presidentes de Junta terão feito isso. Eu fi-lo. E fi-lo, com o custo obra a obra, e lugar a lugar. Isto para dizer que, se alguém tiver dúvidas da aplicação destes dinheiros, estarei disponível – a todo o momento – para demonstrar e para ir mostrar onde é que o dinheiro foi aplicado.

Quero também aqui sublinhar e agradecer à Câmara Municipal que, pela primeira vez na freguesia de Ervedal da Beira, quem andou à frente das máquinas dos estradões a indicar o que tinham que fazer, foram elementos da Junta de Freguesia. Não foram privados nem foram particulares que tinham que dizer aos operadores das máquinas, ao Sr. Eng^o Florestal, quais eram os caminhos que tinha que compor, que tinha que limpar ou que tinha que abrir de novo. Isso era a prática anterior e agora penso que mudou. Isto tem a ver com uma coisa que eu aqui anteriormente chamei a atenção: é que os Srs. Presidentes de Junta devem ser e têm que ser respeitados porque são eles que estão lá, são eles que conhecem melhor as populações e são eles que, no dia-a-dia, mais estão em contacto com as populações e que conhecem os anseios dessas populações.

A Sra. Presidente da Junta de Aldeia das Dez referiu aqui a questão dos lixos. Eu também quero aqui fazer uma chamada de atenção à Câmara Municipal para uma coisa que já se está a passar há algum tempo: parece-me que está a haver pouco cuidado – e a Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devia fiscalizar e chamar a atenção das pessoas que andam na recolha do lixo – na maneira como, depois dos contentores serem despejados, são colocados e arrumados no local. Temos tido reclamações e já tivemos problemas com particulares que se queixam, de muros que estão a ser danificados pelos contentores, particularmente os de metal. Queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara que era bom que alguém visse isso e que chamassem a atenção aos funcionários que andam na recolha do lixo.

Por fim, relativamente a uma questão que eu li na comunicação social e que tem a ver com a Biblioteca Municipal e com uma decisão que o Sr. Presidente da Câmara tomou e que, tendo ido à reunião de Câmara, causou até algum “burburinho”: a mudança da Biblioteca do local que está ser objecto de obras para outra opção que será – penso eu – as antigas instalações da antiga ARCIAL e do antigo Colégio Brás Garcia de Mascarenhas. Pessoalmente, não vejo com maus olhos, vejo com bons olhos, essa atitude e essa decisão. E vejo com bons olhos porque, para além da maior centralidade, existe também um aspecto moral porque, há muitos anos, funcionou lá um espaço de saber, de educação, de passagem de conhecimento e de cultura. Portanto, não vejo com maus olhos a mudança da localização da Biblioteca Municipal para esse espaço. Obviamente que a Câmara saberá tomar uma decisão correcta e acertada nesta matéria.”

Intervieio, depois, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Aníbal Correia:

“Eu venho aqui falar sobre um assunto que me preocupa e que me preocupou recentemente, que é o encerramento da Escola Primária de Meruge. Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara por ter intercedido para que isso não acontecesse. Eu vim logo falar com ele e ele disse que não ia permitir que isso acontecesse. No meu ponto de vista, seria uma grande perda para as famílias e para as crianças, pelo serviço de qualidade que se presta naquele lugar. E, se alguém tiver dúvidas, convido-vos a irem a qualquer hora, sem marcação, fazer uma visita, para verem com os vossos olhos o serviço que ali se presta às famílias. De certeza que devia ter havido muitas pressões para que ela encerrasse, talvez por esse motivo. Não era a pensar nas famílias mas a pensar que isso poderia trazer, no futuro, alguns benefícios eleitorais às pessoas que desenvolvem esse trabalho, o que é pena. É que as pessoas, quando pensarem em mudar, em trazer as crianças para as grandes escolas, para os grandes centros escolares, deviam preocupar-se em saber se essas escolas têm condições para receber essas crianças.

Vou aqui falar só em dois ou três casos que aconteceram este ano, nos quais nunca ouvi falar nesta Assembleia e, esses sim, é que deviam ser uma preocupação. Um deles é que, por exemplo, crianças com dez ou onze anos, estavam muitas vezes nas filas para a cantina, tocava para entrarem para as aulas e tinham que abandonar a fila e ir para as aulas sem comer. Algumas até se sentiram mal quando, a seguir, foram fazer educação física. Isto porque nas escolas grandes – que tanto dizem que têm mais qualidade – ninguém se preocupa em saber quais foram as crianças que ficaram sem comer para, no intervalo a seguir, levar uma sandes, pelo menos.

A outra preocupação é que, a maior parte das vezes, as crianças chegam a casa completamente encharcadas. Eu gostava de saber se, onde esperam pelo autocarro, tem o mínimo de condições para crianças com meia dúzia de anos estarem à espera para se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deslocarem para as freguesias.

Outra coisa de que se fala tanto ultimamente, que é colar os feriados aos fins-de-semana para não haver perdas de produtividade quando, na maior parte, sabemos que nas pequenas e médias empresas, isso está programado, muitas vezes com benefícios para as próprias empresas. E preocupam-se com isso. Não se preocupam, por exemplo, que, com a visita do Papa, à última hora deram tolerância de ponto e que houve pais que tiveram que ficar em casa porque não tinham quem lhes ficasse com os filhos.

Se, por qualquer motivo, o cozinheiro fizer greve ou ficar doente, telefonam para as empresas para o pais irem buscar os filhos e estes têm que ir para casa para tomar conta deles.

Estes casos, em Meruge, não acontecem. Em Meruge, o serviço está programado de tal maneira que, se faltar um Professor, há logo um funcionário que fica a tomar conta das crianças. E, apesar de não ser da competência da Junta de Freguesia, nunca ninguém lá chegou a perguntar o custo disso. Em Meruge, os pais estão descansados. Às sete da manhã, se os pais precisarem de sair para o trabalho, têm quem lhes fique com as crianças e vão entregar-lhas à hora a que chegarem do trabalho. Penso que isso é um serviço de qualidade, de apoio às famílias. Em termos de aprendizagem – dito pelas professoras – dificilmente encontram, por esse País fora, em serviço com tão boa qualidade. Por esses motivos, acho que a escola de Meruge nunca devia encerrar.

Na última Assembleia, elogiaram o trabalho que foi efectuado pela Câmara pela colocação dos suportes nos contentores do lixo, pelo menos nos que ficam junto às estradas principais. Era só para perguntar se a Câmara não estaria a pensar fazer o mesmo serviço nas freguesias. Penso que seria uma medida muito boa para as freguesias.

Outra questão que queria colocar era a dos POC's. Candidatei-me aos POC's e tive lá um funcionário quatro meses. Queria perguntar se podemos dirigir-nos à Câmara para requisitar mais POC's ou se temos que o fazer directamente. Sempre o fizemos. A ser assim, a Câmara podia usar um critério: ver quanto é gastava nas outras freguesias e as que não tinham POC's serem compensadas por isso. Tinha que se arranjar uma medida justa.

Uma boa medida, que penso que foi um projecto interessante, foi o projecto “Trato bem o ambiente”, a questão do tractor que equipou a maior parte das freguesias com meios para resolver a maior parte dos problemas, disponibilizando a Câmara para outro tipo de serviços. Só que, como a maior parte das juntas possuem tractor, eu fazia o seguinte desafio ao Dr. Francisco Rolo – Vereador do Pelouro do Ambiente: eu pedi um orçamento de um corta-sebes e limpa-bermas, que custa a módica quantia de três mil e novecentos euros. Penso que iria resolver alguns problemas à Câmara Municipal porque as juntas de freguesia davam uma resposta mais rápida e isso iria permitir alguma folga à Câmara Municipal.”

Seguidamente, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis:

“Eu também quero assinalar este efeitos positivo e expectante da transferência da primeira tranche da comparticipação camarária para os orçamentos das freguesias. E esperar que, este ano fomos aos quinhentos mil, para o ano possamos ir a um milhão.

Também queria assinalar um assinalável ritmo de obras na minha freguesia, neste



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento. E desejar que, não só se mantenha mas que, de preferência, até se possa intensificar.

Sobre a questão da ESTGOH, não posso deixar de fazer alguns comentários às declarações do Sr. Presidente da Câmara, que vieram na comunicação social. Não tenho dúvidas que o Sr. Presidente da Câmara tem todo o direito, legitimidade e obrigação de querer que a ESTGOH seja feita o mais rápido possível. Todos nós e esta Assembleia Municipal também. É muito complicado que seja o orçamento municipal a vir a suportar essa obra. É uma obra da directa responsabilidade do Governo, pelo que não compete ao Município substituir-se ao Governo nisto. Isto pode significar duas coisas: que é o Município a “tirar água do capote” do Governo ou que o Município não tem, para o Governo, suficiente peso político para merecer a obra, que me parece que é o que está a acontecer. E se a gente gasta quatro, cinco ou seis milhões, ou se vamos fazer um politécnico semi-privado, estamos também por aí a complicar as coisas. Gastar quatro, cinco ou seis milhões de dinheiro municipal significa que vai haver centenas de pequenas obras que não vão ser feitas a seguir porque, pelo menos até dois mil e treze, cada dia e cada vez com menos dinheiro. Se este ano não há dinheiro, para o ano haverá muito menos. Em dois mil e doze vai ser ainda pior e, em dois mil e treze, pior ainda. E depois não venham dizer que ninguém disse isto aqui, como tenho dito há onze anos atrás, quando isto começou.

E faltam obras até no sector do ensino, que são da responsabilidade da Câmara. Por exemplo, Vila Franca da Beira continua à espera do pavilhão anexo ao edifício das escolas. Arranca ou não arranca? É uma questão que tem de estar na carta educativa municipal, para ser passível de uma candidatura ao QREN. Esse tempo passou. O anterior Executivo recusou-se a fazer isso. E a gente espera que haja, também por aqui, evoluções.

Mas não é só a questão da transferência de dinheiro. Eu desejo assinalar um outro aspecto: é que hoje, com esta Câmara Municipal, pode-se dialogar de uma forma tranquila e serena. E nos últimos tempos da anterior Câmara Municipal, isto era um sarilho. Muitas das vezes, havia aqui o “eu sei tudo”, o “eu posso tudo” e o “eu quero tudo”. E o “espera, tu és doido”. Esse tipo de tratamento é profundamente anti-democrático, é caciqueiro. E isso vale muito dinheiro: um tratamento com dignidade, de instituição para instituição e de representante institucional para representante institucional. E repito isto hoje aqui, para que não haja dúvidas, que no anterior Executivo, essa tendência estava cada vez mais a acentuar-se, no limite do quase insuportável.

Perguntava directamente ao Sr. Presidente da Câmara como é que estão as questões do SAP e dos IC's. Qual o ponto de situação actual? E, já agora, quanto é que vai custar ao Município esta mudança do edifício da Biblioteca? Como é que vai ser e o que é que vai acontecer aquele edifício semi-arranjado?

Quería assinalar que há necessidade de reforçar as condições de segurança na estrada na minha freguesia, na EN 231-2, nomeadamente na inserção da estrada velha com a estrada nova. É um assunto já recorrente mas que há necessidade de intervirmos ali antes que continue a haver problemas.

Dizer também que lá andaram as máquinas, a terraplenar, mas que, a nível do PRODER, as candidaturas estão suspensas. E creio que o Município tem várias candidaturas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pendentes. Os arranjos dos caminhos florestais, as electrificações rurais. São aspectos que afectam directamente as populações e as autarquias. E estão suspensas, a nível do PRODER. Dizem eles que não há dinheiro.

Por último: tinha aqui uma moção, que passo a ler:

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção de especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regresso social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.

No contexto, encerram centros de saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as novecentas anunciadas a somar às duas mil e quinhentas já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”.

Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de água, esgotos e lixos com o pretexto de qualidade, disparam os preços e degrada-se o serviço.

No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013 aprovados pelo PS com o apoio do PSD e CDS respectivamente, o governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas.

São medidas que penalizam os mesmos de sempre:

O imposto adicional sobre o IRS é um verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA;

O ataque ao subsídio de desemprego desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;

A diminuição das participações dos medicamentos que afecta particularmente os reformados com baixas reformas;

O corte no investimento público irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;

O ataque ao consumo interno penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas;

Com as privatizações anunciadas alienam-se serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país.

Considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências;

Considerando que com as medidas agora propostas, o Estado, através do governo,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto que a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao Estado – não há proporcionalidade com solidariedade recíproca;

Considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam uns ridículos 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias ao beneficiário do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências;

Considerado que a descapitalização acelerada dos municípios e freguesias, por fim, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação das infra-estruturas e equipamentos públicos essenciais;

Considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil em que são anunciados mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses;

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital reunida em 26/06/2010 decide:

Protestar contra estas medidas do PEC em especial aqueles que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.

Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação a proposta de Moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, tendo sido reprovada por maioria, com dezoito votos contra e quinze abstenções.

O Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte declaração:

“Votei a favor. Primeiro, porque fui o proponente da moção, mas porque, de facto, o assunto merecia que fosse aqui analisado e merecia um voto favorável. Nós vamos ser prejudicados, as nossas autarquias e as nossas populações, pelas medidas que estão a ser tomadas. Acho que aqui ninguém tem dúvidas disso. Não posso deixar de estranhar e de lamentar o sentido da vossa votação. Nesta votação não estiveram à altura das vossas responsabilidades e não-de ser responsabilizados por isso. Um dia haveis de ser responsabilizados por isso. Democráticamente, não-de ser responsabilizados por isso.

E assinalado aqui, também, esta “santa” aliança PS / PSD. De facto, José Sócrates: Primeiro-Ministro do PEC. E Passos Coelho: Vice Primeiro-Ministro do PEC. Mas nós é que vamos pagar e vocês também. Mas isso não me interessa nada. Façam o que quiserem à vossa vida mas assumam as responsabilidades políticas dos que estão aqui a fazer. Isto que aqui se passou é de lamentar e, ao contrário do que muitos de vocês dizem, não deixam a camisola partidária à entrada da porta. É conversa.”

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra:

“Já disse uma vez aqui ao João Dinis – e ele sabe que eu sei – que o Sr. Primeiro-Ministro expõe-se quinzenalmente na Assembleia da República. Já disse aqui uma vez que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reconheço a qualidade do Grupo Parlamentar do PCP, até porque conheço pessoalmente alguns dos Srs. Deputados. Portanto, o Partido Comunista – como todos os outros – tem todas as oportunidades de dizer de viva voz, quinzenalmente e a quem pode resolver o problema, esse e outros assuntos. E, justiça lhe seja feita – que eu gosto de ouvir o debate – o Partido Comunista tem cumprido bem esse papel.

Portanto, quero pensar que aqui, nesta Assembleia, toda a gente sabe usar o voto e que votam de acordo com a sua consciência. Como não passamos atestados ao Sr. Presidente da Junta de Vila Franca, também era bom que ele não passasse atestados ao resto da Assembleia. Era um pedido que fazia. Muito obrigado.”

Interveio, depois, o Sr. Eng^o José Vasco Lencastre de Campos para fazer a seguinte intervenção:

“Eu falo por mim: a mim, não me chama irresponsável. E começa a aceitar as decisões da Assembleia Municipal de forma democrática.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Eng^o Carlos Maia, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Quero justificar o meu voto: não votei contra nem votei a favor. Abstive-me porque, apesar de estar de acordo com algumas coisas que o João Dinis referiu na sua proposta, não estou seguramente de acordo noutras que afirma. Nem com a maneira como ataca o Governo.

E digo claramente, para não haver sofismas, porque eu não sou uma pessoa de sofismas. Porque, há ali algumas razões de fundo que sentimos no dia-a-dia e que sabemos que não estão bem. Eu não podia votar contra esta proposta mas, em consciência, também não podia votar a favor. Mas há uma coisa, João Dinis: eu não admito ao João Dinis, nem a ninguém, que venha pôr em causa a minha consciência. Porque a minha consciência, se tem que ser objecto de crítica, tem que ser pessoal. E, no meu entender, não deve ser por parte do João Dinis. O João Dinis não pode nem deve condicionar as consciências a todos nós que estamos nesta Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raúl Dinis:

“Vou aproveitar para tecer uma breve consideração a esta moção. Votei contra a moção. Não por não concordar com algumas coisas mas pela forma como se fazem determinado tipo de moções. Acho que devem ser objectivas, sem estar com os floreados que costumam aparecer em algumas moções. Há moções em relação às quais eu voto contra precisamente pelo floreado que trazem. Porque, se forem objectivas, se calhar fazem algum sentido. Da forma como são apresentadas, se calhar não fazem. Mas cada um tem o direito de fazer as moções como entender.

Gostaria de salientar aqui a forma aberta como a Câmara tem recebido as juntas de freguesia. O diálogo tem sido aberto, tem respeitado as juntas de freguesia e os presidentes de junta. Tem respeitado os munícipes que vêm cá, de uma forma clara, expôr os seus problemas. E eu felicito este Executivo e o Sr. Presidente da Câmara por isso.

Queria também mostrar a minha satisfação pela construção do parque infantil em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lagares da Beira. Está praticamente concluído. Isso deixa-me satisfeito porque era uma pretensão que tínhamos. Continuamos, no entanto, a aguardar por algumas obras que ainda estão em fase de concurso. Esperemos que sejam breves.

Queira deixar também uma recomendação ao Pelouro do Ambiente, que é a limpeza dos contentores. Nesta altura do Verão, se os contentores não forem lavados com alguma frequência, provocam cheiros e isso é desagradável. Deixava aqui essa recomendação.

Há uma outra coisa de que eu não me vou cansar de falar sobre a minha freguesia e que é a Acibeira. Continuo a lembrar para que este assunto seja resolvido, porque é uma necessidade urgente.

Também gostava que o Sr. Presidente da Câmara – que sei que já teve algumas reuniões sobre isto – nos desse algumas informações sobre qual a opinião da Câmara sobre o reordenamento da rede escolar em termos de agrupamentos de concelho.”

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Eng^o Rafael Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns pelas recentes iniciativas dos eventos realizados, nomeadamente o “Há festa na Zona Histórica”. Pensamos que foi uma boa forma encontrada para dinamizar a cidade, ao trazer as pessoas para a rua e, ao mesmo tempo, promover o comércio local. Era desejável que fosse uma iniciativa a manter para os próximos anos e, se possível, aumentar a sua dimensão.

Passando a uma das nossas preocupações: antes de mais, também gostaríamos de louvar a recuperação da realização da Feira Industrial, Comercial e Cultural, que se passou a chamar EXPOH. Contudo, pensamos que a mudança do nome, de FICACOL para EXPOH, não foi a mais feliz, visto que o nome FICACOL constituía já uma referência para todos e era uma marca associada a Oliveira do Hospital.

Relativamente a este assunto, temos ainda uma pergunta concreta sobre algumas queixas que nos foram chegando pelos empresários e comerciantes e que têm a ver com o valor das taxas a pagar para que possam ter acesso a um stand de exposição no recinto. Eles questionam os valores dessas taxas. E se, por exemplo, compararmos os valores pedidos com os da feira FACIT, do concelho vizinho de Tábua, estes encontram-se bastante acima. Sabemos que a Feira tem de ser paga de alguma forma. Contudo, as perguntas que lhe deixo é se não pensa em rever os preços das taxas que, em nosso entender, são bastante elevados, e o que esteve na base da atribuição destes valores. Achamos que, no tempo de crise em que vivemos e que afectou particularmente este concelho, mais do que nunca os nossos empresários necessitam de incentivos. Não só de palavras mas também de acções.

Um outro ponto que gostaria de abordar tem a ver com esgotos a céu aberto, em pleno Século XXI, e que se verifica aqui, no concelho de Oliveira do Hospital. Pretendíamos saber o que está a ser feito para resolver estes problemas, nomeadamente os que existem aqui na cidade de Oliveira do Hospital e que já são do conhecimento do Sr. Presidente.

Passaria agora para um assunto que já foi referido na última Assembleia Municipal e que tem a ver com a informação que nos é fornecida para as reuniões. Voltamos a insistir que poderia muito bem ser fornecida mais atempadamente, visto que chega em “cima da hora”. Uma forma encontrada por nós poderia ser a via electrónica, por mail. Era uma forma bastante



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rápida, ecológica e económica de o fazer. Isto viria também de encontro ao que cada vez mais se faz na administração pública, em que a informação é transmitida desta forma. Para as pessoas que, por algum motivo, tivessem dificuldade em aceder a uma conta electrónica, aí sim, que fosse enviada a informação em formato tradicional, em papel.

Queríamos também alertar o Sr. Presidente da Câmara para o facto das actas das reuniões de Câmara não estarem a ser divulgadas no respectivo site municipal. Bem sabemos que, na Câmara, se pode consultar absolutamente tudo. Mas era desejável que essa informação fosse disponibilizada por este meio, para que todas as pessoas que assim o desejassem, pudessem aceder a elas e estarem, deste modo, mais informadas sobre o funcionamento da actividade do Município.”

Relativamente a esta intervenção, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal prestou os seguintes esclarecimentos:

“Porque isto me diz directamente respeito, queria dizer que nós enviamos os documentos dentro dos prazos legais e que até tem havido um esforço para se enviar com mais antecedência. Muitas vezes – talvez não seja o caso desta Assembleia – a Câmara também está dependente de algumas situações e não consegue enviar antes.

Relativamente a esta questão das actas, queria dizer que não tenho andado descuidado. Tenho tido o cuidado, com alguma regularidade e principalmente com o Sr. Vice-Presidente, de o alertar para isso porque sei que é uma crítica que se faz com alguma regularidade. De facto, também não sei o que é que se passa. E espero que a Câmara nos diga, de facto, qual é o problema porque, para isso, não é preciso muito dinheiro nem são precisos muitos meios. Se já se fazia antes, de certeza que se pode fazer.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Querida começar por reforçar a chamada de atenção que o Engº Rafael acabou de fazer sobre os preços a praticar para a EXPOH. E, atendendo a que, passados dez anos, vai ser reavivada e retomada esta iniciativa, também a mesma devia ter sido levada em conta como a re-primeira.

Também queria salientar três pontos principais. Quando, correctamente, nós, juntas de freguesia, somos chamados à atenção por parte da população para a limpeza das ruas e espaços públicos, também não será menos importante que as autoridades competentes para o efeito fiscalizem e chamem a atenção de determinados munícipes para as suas idênticas obrigações, a nível particular. As obrigações, neste caso, devem ser mútuas porque, sobretudo, estamos a falar de prevenção e de respeito pelo trabalho de muitos que tanto zelam por ela, em prol das suas gentes e do meio ambiente. Por mais que se zele pela limpeza das vias públicas, muitas vezes é vergonhoso o que se passa em terreno particular.

Também queria falar das papeleiras públicas: depois de uma acção de sensibilização levada a efeito pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, junto dos seus munícipes, principalmente nas zonas mais críticas, com o envio de um documento a sensibilizar para o efeito; depois de um aumento do número de contentores nestas áreas críticas, levado a efeito pelo Município e solicitado pela Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital; tudo isto sem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer resultado visível e prático, penso que chegou a hora de se tomar uma posição mais eficaz, de forma a contrariar – acima de tudo – a falta de civismo e respeito pelo próximo e pelo meio ambiente por parte de alguns munícipes. O lixo doméstico continua a ser depositado nas papeleiras públicas e, conseqüentemente, a ser espalhado para o chão por cães, dado o acesso facilitado às mesmas. Conforme o que a Junta de Freguesia fez constar num ofício enviado a este Município, agradeço que seja tomada uma decisão célere sobre este assunto.

Por fim, em nome da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital queria agradecer a intervenção que o Engº Rafael fez em relação à festa levada a efeito no fim-de-semana anterior, aqui na zona histórica. Logicamente, pela vontade do Executivo desta Junta de Freguesia, será para continuar e, se possível, melhorar.

Aproveito para sugerir e trazer aqui uma proposta que, desde há muitos anos, eu gostaria que a mesma tivesse efeito e que tem a ver com a estátua do Cavaleiro, que está na rotunda. Penso que a mesma devia ser devolvida ao local de origem, que lhe pertence, não só pela sua importância como referência histórica desta cidade e concelho, dando-lhe a devida dignidade, como poderia ser uma mais-valia em termos de atracção turística para a zona histórica que, ao longo destes anos, tem sido cada vez mais esquecida em termos de preservação de património.”

Interveio, depois, a Sra. Dra. Luísa Vales, com a seguinte declaração:

“Quero manifestar e partilhar das preocupações referidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital na última reunião de Assembleia Municipal, relativamente às toxicodependências, essencialmente drogas ilícitas e álcool, entre os jovens do nosso concelho e apresento a minha total disponibilidade e a do grupo Oliveira do Hospital Sempre, para colaborarmos em acções futuras, em parceria com entidades locais.

Os comportamentos aditivos são um flagelo social que afectam inúmeros jovens e suas famílias, mundialmente.

Oliveira do Hospital, infelizmente, não é excepção e consideramos fundamental e inadiável criar e implementar no concelho, novas respostas integradas, com uma intervenção em rede e em parceria, com todas as entidades locais, entre as quais, o Município, as Juntas de Freguesia, a Segurança Social, as IPSS, o Centro de Saúde, o Agrupamento de Escolas, a CPCJ e Projectos, pois todos temos o dever e a responsabilidade de nos envolvermos activamente, para ajudarmos a mudar atitudes e comportamentos dos nossos jovens e das suas famílias.

Estamos cientes que não é tarefa fácil, mas pode sem dúvida constituir um desafio para todos nós!

Importa referir que, desde há alguns anos, que o nosso concelho tem desenvolvido algumas actividades ao nível da prevenção primária, nomeadamente através das equipas de Saúde Escolar, Educação para a Saúde e de Alcoologia do Centro de Saúde, essencialmente dirigidas à comunidade educativa e através de projectos de intervenção comunitária, como foi o exemplo recente do projecto AGIR.

Consideramos a escola uma entidade fundamental e absolutamente necessária na



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sinalização e acompanhamento destas situações–problema, pois apresenta um empenhamento efectivo, manifestado pela solicitação pertinente e frequente, na colaboração das equipas do centro de saúde para a realização das acções já referidas.

Mais referimos que o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) também realizou algumas acções nos agrupamentos de escolas, em articulação com entidades locais e com o projecto AGIR.

Reitero as afirmações da Dra. Sónia Martins relativamente à preocupação efectiva da CPCJ acerca desta problemática, pelas consequências que provocam ao nível individual, familiar, escolar e social das crianças e jovens, originando situações de risco e eventualmente de perigo.

Pese embora este facto, a CPCJ está inquestionavelmente receptiva e motivada para intervir em parceria com outras entidades, de modo a apoiar e a incentivar os jovens a atingir os objectivos necessários e mais adequados, na construção de projectos de vida mais saudáveis.

Neste contexto, tem previsto em plano de actividades para 2010, um conjunto de sessões designadas “ A conversa com...”, que integram vários convidados para falar sobre várias temáticas, sendo uma delas “ A família e Comportamentos Aditivos”.

Escolhemos o slogan “ Pelo Direito a viver em família” com o objectivo de motivar a reflexão, adequação e transformação das práticas educativas familiares. Ou seja: promover a formação e valorização da família, enquanto primeira e principal educadora dos filhos, criando auto confiança no exercício do seu papel, actualizando e questionando os conceitos educativos e reequacionando o papel da maternidade e da paternidade.

Pretende-se continuar a potenciar competências e responsabilidades parentais, sensibilizar para a importância do bom relacionamento inter–familiar e para o papel crucial que os pais, como educadores e modelos de aprendizagem, assumem, no desenvolvimento psicossocial e afectivo dos seus filhos.

Importa ainda referir que o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) recentemente elaborado, também integra várias acções com vista a prevenir estes comportamentos de risco e que irá ser apresentado na próxima reunião de Conselho Local de Acção Social.

Para finalizar, uma palavra de esperança e confiança nas potencialidades e competências dos jovens deste concelho que, com o nosso empenhamento, saber e experiência, certamente poderão fazer e marcar a diferença!”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Dr. Francisco José Garcia, com a seguinte intervenção:

“Antes de mais, queria fazer um pequeno comentário em relação à aquisição ou não de uma viatura para a Presidência. Recentemente e a propósito da actual crise em que o País vive, ouvi alguém mais chegado à direita do que à esquerda dizer algo do género “pobrezinhos, sim; miseráveis, nunca”.

Depois, queria dar os parabéns à Junta de Freguesia e ao seu Executivo, na pessoa do seu Presidente, pela organização do evento levado a cabo na zona histórica. Eu, que estou em



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira do Hospital há tantos anos, já não me lembrava de ver tanta actividade nesta zona como foi neste fim-de-semana.

Em relação ao comentário feito pelo Eng^o Rafael sobre o envio da documentação via e-mail, questionava-o se já pediu aos serviços para enviarem por mail. É que eu recebo tudo por mail. É uma questão de pedir e a documentação é enviada via mail.

Desde a tomada de posse, no final do ano passado, do actual Executivo Socialista, liderado por Prof. José Carlos Alexandrino, os Oliveirenses, assistem a uma democratização do Poder Autárquico, onde todos são tratados por igual independentemente da sua colocação político-partidária.

Este Executivo, rompeu de uma vez por todas com a política do atendimento de vão de escada, restando àqueles que não partilhavam a mesma opinião do ex Executivo em permanência, uma longa espera pelos corredores deste edifício, para poderem pedinchar alguma coisa para os cidadãos da sua Freguesia, só porque tiverem a “audácia” de ter outra opção de voto que não a do poder estão instalado na Câmara Municipal.

Hoje os Oliveirenses têm uma Câmara, um Presidente e um Executivo de porta aberta, onde todos são tratados com o mesmo respeito. Veja-se por exemplo a existência de um dia para que os Presidentes de Junta sejam recebidos, bem como a transferência e o aumento das verbas para as Juntas de Freguesia, que é pelo actual executivo Socialista feita de forma igual, tratando deste modo todos os cidadãos deste concelho de forma igual, independentemente de terem opções e opiniões políticas diferentes, enobrecendo assim a Democracia, rompendo com a arrogância e autoritarismo que vivemos em Oliveira durante os dezasseis anos.

O actual Executivo Socialista, acabou também com os “castigos” que eram aplicados pelo anterior Executivo Camarário, a trabalhadores que tivessem veleidade de não concordarem com a sua orientação política, bem como deixámos de assistir a retaliações a cidadãos que não fossem da chamada “cor política”. Hoje em Oliveira, todos são tratados de igual para igual, pois é essa a única forma possível para se fazer e estar na política, para se exercer cargos públicos.

Temos assistido, no decurso destes últimos meses, a uma Autarquia empenhada em fazer crescer cultural e economicamente a nossa terra, desdobrando-se em esforços para conseguir os apoios necessários de Governo Central, reunindo o actual Executivo com Ministros e Secretários de Estado, na busca de apoios e na realização dos grandes obras estruturantes que o nosso concelho tanto precisa.

Durante os últimos dezasseis anos, tivemos um divórcio claro do ex Presidente da Câmara e do ex Executivo em permanência com as funções e obrigações que o cargo lhe exigia, empurrando sempre para o Governo todas as responsabilidades.

Actualmente, com este Executivo, assistimos a uma preocupação constante com a construção das novas instalações de ESTGOH, instituto de maior importância para Oliveira do Hospital, com o assumir que as mesmas serão construídas, bem como a luta pela construção das vias rodoviárias, os IC's, que nos ligam ao litoral e a Espanha, de superior importância para o desenvolvimento da nossa região.

Mas a actuação do actual Executivo Socialista, não termina aqui. Veio também romper



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com as políticas culturais e recreativas até aquela data existentes, percebendo que não é com a simples animação das praias fluviais dos Vales do Alva e Alvôco, nos moldes em que era feita, que se promovia o turismo no nosso Concelho, com todo o respeito que me merecem as colectividades folclóricas e musicais que devem claramente continuar a ser apoiadas.

Mas, se queremos chamar turistas, nacionais e estrangeiros, a Oliveira, não podemos ter para lhes oferecer somente bandas filarmónicas e ranchos folclóricos. Temos de ser capazes de criar formas de desenvolver os Vales do Alva e Alvôco com infra-estruturas hoteleiras e de apoio condignas, como circuitos pedonais devidamente identificados, zonas para a prática do turismo e de desporto de natureza, por exemplo, e promoção dos nossos produtos endógenos, criar a marca Oliveira do Hospital, como tanto foi falado na campanha eleitoral. Tudo projectos que o Executivo Socialista irá ser capaz de concretizar, tenho eu a certeza.

Também na cultura, o actual executivo Socialista foi já muito mais longe em poucos meses do que o anterior executivo em dezasseis anos, sendo de enaltecer a aproximação já conseguida, chamando jovens e idosos à participação cultural, seja no teatro, seja em certames direccionados ao livro e à sua leitura, passando pela música, etc.

Concluindo, não posso deixar de me congratular pela realização, já este ano, da EXPOH, reavivando a FICACOL, que alguém fez desaparecer, destinada à promoção do nosso tecido empresarial, da nossa cultura, dos nossos produtos e do que de melhor existe no nosso concelho para mostrar Oliveira do Hospital e atrair pessoas a visitar e a por cá se fixarem.

Por tudo isto, é fácil a todos nós reconhecer que valeu a pena o funcionamento da democracia e a construção da alternância.

Para terminar, deixo algumas questões / recomendações ao Executivo:

Para quando o arranjo das lombas existentes na cidade herdadas de uma requalificação da cidade de Oliveira?

Para quando a abertura de uma entrada no lancil junto ao Centro de Saúde de Oliveira destinada a viaturas em emergência médica? Trinta segundos não fazem qualquer diferença numa perna partida mas, numa paragem cardíaca ou num AVC, podem significar a diferença entre a vida e a morte.

A concretização das obras de saneamento na Rua 21 de Junho, em Lagares, já começa a ser tardias de mais. Qual a razão desta demora e para quando a sua conclusão?"

Depois, interveio a Sra. Dra. Ana Paula Nobre, para fazer a seguinte declaração:

“A primeira questão que me traz aqui já foi levantada na última reunião e já foi aqui outra vez retomada e que tem a ver com a questão das dependências. Queria congratular-me com as apresentações que aqui foram feitas e lembrar que, para isto funcionar realmente, é preciso que várias instituições trabalhem em conjunto e que alguém vá coordenar isto. Queria deixar aqui este alerta. Não sei se será a Câmara ou a CPCJ. Todas as instituições aqui referidas – penso que só faltou a GNR – têm um papel muito importante. Espero que isto comece a ser trabalhado o mais rapidamente possível.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Uma questão que eu quero colocar, que o Sr. Raúl já referiu, tem a ver com os Mega-Agrupamentos de que neste momento se começa a falar. Quero saber como é que isto está, qual é a posição da Câmara relativamente a esta matéria. Será uma matéria, inclusivamente, para a Assembleia discutir.

Também queria fazer um pequeno apontamento sobre um espaço da nossa cidade, que eu acho bastante interessante. No último fim-de-semana tive a oportunidade de estar lá numa festa e eu penso que merece requalificação. É o Parque dos Marmelos, um espaço verde que deve ser aberto ao público e que, neste momento, está fechado, com muita pena de todos os munícipes.

Par terminar, queria referir uma questão que foi focada na última Assembleia e hoje também: a questão da viatura em que se desloca o Sr. Presidente. As pessoas são livres de dar a sua opinião e eu também quero dar a minha opinião. Não tenho que estar a criticar as opiniões das outras pessoas. Na minha opinião, não é isso que define as pessoas. Também foi dito que é uma questão da competência do Sr. Presidente da Câmara. Não me parece que seja muito importante trazer este assunto à Assembleia Municipal. Só queria dizer que, no meu entender, é mais importante o ser do que o parecer.”

Seguidamente, o Sr. Eng^o José Vasco Lencastre de Campos pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Primeiro, gostava de congratular o Sr. Presidente da Câmara pela forma como pôs a situação da construção da ESTGOH. De facto, a ESTGOH é extremamente importante para o futuro deste concelho. Todos sabemos o quanto cresceram as cidades do interior com o ensino superior. É fundamental construir a ESTGOH. Se é com o Orçamento de Estado ou se é com o Orçamento Municipal, é uma questão que o Sr. Presidente da Câmara deve resolver. Acho que deve exigir ao Governo que assuma as suas responsabilidades, até ao limite das suas forças e sem medo. Porque, de facto, é dever do Governo fazer esta escola tão importante para o concelho e tão importante para o País. Mas, se porventura, depois de todos os esforços, o Governo não a fizer, que a faça a Câmara porque, de facto, é extremamente importante.

Segundo: gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, o que é que tem feito para criar emprego neste concelho. Esta questão do emprego e do desemprego é extremamente grave neste concelho. Tive a experiência de, ainda há pouco tempo, entrevistar dezenas de cidadãos deste concelho e do concelho de Tábua. E percebi que há, neste concelho, gente desempregada com muita valia, gente muito válida. E isso incomodou-me, comparativamente com o que se passava no concelho de Tábua. Notei claramente que a qualificação e o nível das pessoas de Oliveira do Hospital era superior. Isso é grave. De facto, o Sr. Presidente da Câmara tem que continuar a apostar em criar emprego, em falar com os empresários, em resolver os problemas da Zona Industrial. Portanto, perguntava-lhe se tem desenvolvido alguns esforços nesse sentido.

Gostava também de falar na questão das fossas. Na generalidade, a única coisa que eu gostava de lhe dizer era: não espere que sejam os cidadãos a alertá-lo. Eu sei que o Sr. não pode saber tudo. Mas que sejam os Presidentes das Juntas, que sejam os seus funcionários a fazê-lo. Porque isso era o que acontecia nos últimos anos, no anterior Executivo. Com a mudança que temos vindo a ver neste concelho, eu espero só isso. Espero que sejam



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proactivos na resolução da questão das fossas.

Continuando, é uma questão de pormenor mas que tem muito interesse para centenas de pessoas: a estrada de Santa Ovaia para a Ponte das Três Entradas é usada por pessoas das freguesias de Aldeia das Dez, de Alvôco das Várzeas e até de Avô, é uma estrada de vistas curtas. É uma estrada que podia, claramente, na altura ter sido alargada. Não era preciso fazer nenhuma auto-estrada. Mas, um metro para cada lado, era possível tê-lo feito e não foi. E, o que acontece, é que é rara a semana em que não haja ali um acidente. Se o Sr. Presidente lá passar à hora de ponta vai ver o quanto é grave o funcionamento daquela estrada. Não lhe vou pedir para fazer uma estrada nova porque já sabemos que não há dinheiro. Mas, só um pormenor: a última curva, antes de chegar à Ponte das Três Entradas, em frente à casa do Sr. António Garcia, onde está a ser feito um empreendimento onde era o Italva: era falar com o empreiteiro para ver se alargava um metro porque aí é uma zona de acidentes. É uma curva extremamente apertada. Portanto, era ver se era possível alargar um metro, chegando a acordo com o empreiteiro.

Gostava também de lhe dizer que muros e caminhos antigos são património. E, se queremos desenvolver o concelho, temos que preservar o património. Muros em granito, muros em xisto são património. Em todos os países civilizados, muros são património. Portanto, a Câmara, nas suas acções, deve ter sempre em atenção a conservação destes muros ou a sua reposição como eram. Ao não o fazermos estamos a descaracterizar a paisagem; estamos a alterar o equilíbrio, por vezes, de séculos.

Queria ainda falar da limpeza dos caminhos florestais. Eu ouço falar muito em limpeza dos caminhos florestais. Gostava de dizer que, limpar caminhos florestais, não é só passar a niveladora. Isso é para os senhores das motas andarem a acelerar e a incomodar os outros, que também é o que tem acontecido neste concelho de forma abusiva e incontrolável. E mais ainda: sem respeito porque deixam os plásticos pendurados nas árvores e a seguir não os vão tirar. É um assunto que eu trarei à Assembleia um dia destes.

Mas, limpeza de caminhos não é só a niveladora passar. É limpar o mato cinco ou dez metros para cada lado. Só que limpar o mato custa mais. Sr. Presidente da Câmara: lembre-se que há três equipas de sapadores florestais neste concelho, que podem fazer esse serviço. E também há empresas privadas que o fazem. É um serviço que é necessário.”

Depois, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves com a seguinte intervenção:

“Queria começar por fazer uma referência positiva à Feira do Livro. Como sabem, atraiu a Oliveira do Hospital imensos interessados. Só o tempo prejudicou, em certa medida, que tivesse tido uma maior relevância.

Também não posso deixar de fazer dois ou três apontamentos em relação à questão das moções. Gostaria eu que esta questão ficasse clarificada. Diz o Regimento que “a palavra é concedida aos membros da Assembleia para apresentarem recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o Município”. Eu estou aqui há três mandatos. Este é o quarto. Já me foi aqui tirada a palavra, como o João Dinis sabe, por me referir a assuntos de interesse nacional que também eram do interesse do Município. Felizmente que o João Dinis fez aqui uma diferenciação muito grande dos tempos actuais a esses tempos em que qualquer



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisa que não agradasse servia para tirar a palavra às pessoas. Isto para dizer que eu não defendo uma interpretação restritiva do Regimento. Acho que todos devem continuar a apresentar moções. Mas a CDU tem tido este comportamento ao longo destes três mandatos, pelo menos. Acho que é uma prática que cavalga as dificuldades. Nunca vi aqui a CDU a referir-se à salvação do sistema de Segurança Social, ao Complemento Solidário para Idosos, ao Rendimento Social de Inserção. Nunca vi. O que eu vejo é este constante apresentar de moções. Com que objectivos? Não se sabe.

Eu queria dizer só três coisas muito rápidas em relação às moções.

Primeiro: não têm eficácia política nenhuma. Eu – perdoem-me a sobrançeria – estive em três Gabinetes: saúde, finanças e economia. Estive no Gabinete da Dra. Manuela Ferreira Leite. Não estive só em Gabinetes do PS. As moções vão para os devidos efeitos para os serviços, isto para não dizer que são arquivadas. Primeira ideia: não vale a pena continuarmos com esta política. A meu ver, as questões resolvem-se com diálogo e não com protestos. Aliás, houve alguém aqui que pôs em causa se o Sr. Presidente da Câmara teria peso político em relação à ESTGOH. O Sr. Presidente da Câmara não tem que ter peso político. Estas coisas resolvem-se com diálogo, não com protestos. Portanto, primeira ideia: as moções não têm eficácia.

Segunda ideia: as moções funcionam como a história do “Pedro e do Lobo”, isto é, tantas vezes reclamamos que, quando vier o “lobo”, já não temos moral nenhuma para reclamar. Reclamamos para o Sr. Primeiro-Ministro, para o Sr. Presidente da República. Perdemos a credibilidade, em minha opinião.

Terceiro apontamento: a CDU perdoar-me-á mas utiliza isto como uma prática política para contabilizar intervenções, para cumprir os seus próprios objectivos no partido. Mas é preciso pensar que servem-se de nós, membros da Assembleia.

Espero que isto não continue.

A solução, como eu disse, é o diálogo. Quando houver razões para apresentarmos moções de assuntos importantes, cá estaremos.”

Em seguida, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis:

“Já em mil novecentos e oitenta eu aqui apresentava moções, intervinha e já vinham essas respostas. Eu não mudei nem vou mudar. Naturalmente que eu, do ponto de vista democrático, dos meus direitos enquanto cidadão e eleito, não prescindirei nem de um milímetro. Interpretem os Srs. como quiserem. Estão no vosso direito.

Mas, sobre esta questão do PEC, que aqui trouxe hoje, eu farei tudo para que PS e PSD sejam democraticamente responsabilizados pelo sofrimento que estão a causar ao povo português. Pelo sofrimento que estão a causar ao povo português. E que mais sacrifícios lhes estão a exigir. Não digam que não há dinheiro. Nós sabemos que, do nosso dinheiro, são quatro mil milhões para o BPN. São quinhentos milhões para submarinos que, ainda por cima, não se sabe o que é que lhes aconteceu.

Portanto, a cada um segundo as responsabilidades. Não é para condicionar a vossa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consciência, que isso era demasiada pretensão. Mas, para espicaçar as consciências que eu sei que vocês têm, eu colocarei aqui as coisas como entender e, naturalmente, não passarei procuração a ninguém para que fale por mim. Sobre esta questão, Dr. Rodrigues Gonçalves: eu estou nesta Assembleia não para vos trazer a “paz” mas para vos trazer a “guerra”. Isto é um fórum eminentemente político. Eu tenho aqui pessoas que são minhas amigas e, do ponto de vista político, estamos entendidos.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Gostaria de falar num assunto que afecta, não só a nossa junta de freguesia mas várias e que se começa a tornar uma preocupação em termos de qualidade de prestação de serviço público. Como sabem, as juntas de freguesia recorrem muitas vezes a programas ocupacionais para carenciados. E há algo que tem acontecido nestes últimos tempos que me está a deixar deveras preocupado. Anteriormente, para se fazer uma candidatura ao Centro de Emprego para chamarmos uma pessoa para prestar serviço, demorava em média quinze dias desde a solicitação até à apresentação ao serviço. A última candidatura que a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital fez foi em trinta e um de Março. Hoje, quase três meses depois, ainda não temos essa pessoa ao serviço. Isto está a deixar-me deveras preocupado porque, em Agosto, mais dois cantoneiros da Junta de Freguesia vão terminar o seu contrato. Se isto continua assim, vai deixar de haver limpezas na freguesia de Oliveira do Hospital, por parte da Junta de Freguesia. Eu sempre assumirei, em nome do Executivo, qualquer tipo de responsabilidade ao nível de limpezas. Mas, se não tivermos mão-de-obra, não podemos colmatar esse tipo de necessidade. Era só esta nota que eu gostaria de deixar. E penso que a Câmara poderia ajudar, fazendo uma chamada de atenção deveras importante ao Instituto de Emprego e Formação Profissional.”

Seguidamente, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Queria congratular-me com um conjunto de iniciativas que têm vindo a ser tomadas em Oliveira do Hospital. Já foram aqui referenciadas por vós. Também queria registar, com muito agrado, aquilo que, durante a campanha eleitoral, eu disse que iria fazer nesta Assembleia, e que era haver diálogo efectivo, haver uma atitude proactiva de todas as forças. A mim, apraz-me registar que se nota, progressivamente, pelas intervenções, que, de facto, estamos a caminhar nesse sentido. Não vem mal nenhum ao mundo, efectivamente, pela forma mais acutilante que o Sr. Presidente da Junta de Vila Franca põe aqui nas intervenções. Dá até alguma vivacidade ao debate. O que eu penso é que, de facto, temos que ser algo mais coerentes com o todo de que atrás já me referi.

Queria congratular-me pela posição do Sr. Presidente da Câmara relativamente à ESTGOH. Estamos todos de acordo que este será um elo fundamental do desenvolvimento de Oliveira do Hospital se, de facto, quisermos que ele aconteça. Se o Governo pagasse tudo, seria uma maravilha. Mas, não obstante, também há que ter dito e é outra situação que me apraz muito registar, tanto quanto me é dado sabido, os Srs. Presidentes de Junta estiveram reunidos neste salão para, como entenderam – democraticamente, diria eu – distribuírem as verbas que a Câmara achou por bem pôr à sua disposição. Não foram distribuídas pelo partido que vota, não foram distribuídos pelo que fala melhor, não foram distribuídos pelos que cá



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vinham dar mais conselhos. Foram distribuídas de acordo com a vontade das pessoas democraticamente eleitas e, mais uma vez, respeitando a expressão eleitoral e a vontade das populações em cada uma das freguesias. O Sr. Presidente da Câmara disse muitas vezes na campanha que não faria bons nem maus Presidentes de Juntas porque, como sabem, se o Sr. Presidente da Câmara quiser, pode fazer bons e maus Presidentes de Juntas. E a mim apraz-me registar esta postura clara, de transparência e democracia. Parece que, durante a campanha, foi posta em causa se nós a praticaríamos. E apraz-me muito registar esta postura que está aqui e esta atitude mais ou menos proactiva. É evidente que não nos podemos esquecer que há aqui conflitos de interesses mas, como aqui foi dito e que também me apraz registar, estamos a ir no bom caminho.

Mesmo o João Dinis, com a acutilância que diz, se congratulou aqui com as obras que estão a ser feitas na freguesia dele. Também por isso ficou com mais tempo disponível para divagar sobre os outros assuntos que aqui já referimos.

Queria chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara para os muitos reparos que há sobre a obra de Aldeia das Dez. Como disse, nós aprovámos aqui em Setembro de dois mil e sete as verbas para fazer essa obra. Só agora é que está a ser feita. Hoje já se critica um pouco esta Câmara. Enfim, tivemos dois anos e alguns meses. Porque, a esta altura do campeonato, já devia estar feita. Também já foi aqui referido que perdemos algum dinheiro por causa disso.

Aquela vergonha continua lá em Travancinha. Parece que, finalmente, vamos ter esse problema resolvido.

Já agora, porque eu gosto de ser coerente, tenho aqui “batido” na questão do Lopes Graça. Como também já disse aqui, porque mudei de bancada não mudei de opinião. E também não mudei de opinião quanto à entrada daqui da Rua do Colégio, que cheguei a deixar aqui umas fotografias. Chamava também a atenção da Câmara.

Finalmente e voltando “à vaca fria”, eu não vou aqui dissertar sobre história que, como sabem, é uma coisa que me fascina. E contar-lhes-ia aqui a história do avô de Kumba Yalá, que foi o único Governador negro da Guiné, e de um diálogo que ele teve com um comandante de um navio inglês. Como sabem, quando os navios visitam um país estrangeiro, representam o próprio país e é costume, nas regras do protocolo, cumprimentar as autoridades locais. E para não divagarmos sobre protocolo de estado: quem é o número um, o número dois, o número três ou o número cinquenta, como é que as coisas funcionam e como é que devem ser... Porque, lá por eu trazer um carro de cento e alguns mil euros aqui para a porta da Câmara, se calhar sou, dos que estão aqui dentro, a pessoa que andou mais anos descalço. Portanto, sei muito bem como é que é. Tive o cuidado de dizer que o Sr. Presidente da Câmara anda, no seu dia-a-dia, num carro comum dos cidadãos mais humildes. Não é isso que está em causa, volto a dizer. A última reunião desse género foi na inauguração de uma unidade industrial do Sr. Fernando Tavares Pereira, em Belmonte. Mais uma vez, dos muitos Presidentes de Câmara convidados e dos muitos empresários convidados, lá chegou o Sr. Presidente da Câmara na tal manifestação de miserabilismo. E por isso é que às vezes estamos ali na Casa da Cultura em discursos e chegam cá pessoas de fora e dizem “Oliveira do Bairro” em vez de “Oliveira do Hospital”. E eu pergunto: porque será? E, quanto ao assunto do carro,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta vez é que é mesmo definitivo.”

Foi, depois, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e os esclarecimentos solicitados:

“Gostaria de começar a minha intervenção para me posicionar e para, definitivamente, as pessoas perceberem o que é que este Executivo persegue. Gostaria que, nesta Assembleia, se falasse mais de presente e de futuro do que propriamente de passado. O passado vale o que vale. As pessoas desempenharam os seus papéis, fazendo opções às vezes certas e outras vezes erradas. Por isso, é importante olharmos o concelho com uma perspectiva sobretudo de futuro. E esse futuro passa, na minha opinião, por uma capacidade crítica dos eleitos, dos vereadores da oposição, que têm dado uma colaboração extraordinária na discussão e na tentativa de arranjarmos consensos.

Para perceberem o que é que eu e o meu Executivo perseguimos, queria dar um exemplo: na última reunião de Câmara discutiu-se a mudança do lugar da Biblioteca. Achei que tinha reunido condições para discutir este assunto na reunião de Câmara. E levei este assunto, com um conjunto de elementos. Acredito que alguns documentos foram enviados tardiamente aos Srs. Vereadores e que faltavam alguns documentos de suporte de despesa. Podia ter dado esses esclarecimentos lá porque o meu Técnico, Dr. João Mendes, levou esses documentos. Porque houve uma reunião entre o empreiteiro e os meus Técnicos e, depois, houve alguns reajustamentos. Nesta reunião, o Dr. Paulo Rocha faltou justificadamente porque estava de férias. E, numa questão destas, facilmente teria percebido que eu tinha condições para votar. Eles seriam três. O Sr. Vereador José Carlos Mendes disse que não tinha condições objectivas, naquele momento, para analisar o assunto por causa dos impactos financeiros. O Sr. Vereador Mário Alves posicionou-se contra a mudança, logicamente e naturalmente. Também não esperaria outra posição. Estávamos três contra três. E, se eu tivesse a tendência de pensar que sei tudo, faria uma coisa: levaria à votação, empataríamos três contra três e eu votava com voto de qualidade. Mas disse uma coisa: “nós vamos que ter uma reunião extraordinária por causa do Plano de Pormenor da Zona Industrial e, por isso, este assunto será discutido numa próxima reunião, quando tiverem mais elementos para analisarem a questão”. Eu acho que isto é democracia. Também tenho a noção clara que tenho um Executivo minoritário e que estou minoritário aqui na Assembleia. E tenho que ter esse respeito em relação às outras forças e não faço mais do que a minha obrigação. E, se deixarmos aqui pequenas coisas políticas, acho que vocês próprios me podem ajudar a ser um melhor Presidente da Câmara Municipal. Temos a obrigação de lutar por aquilo que nós fomos eleitos e pela defesa dos interesses do nosso Município e das nossas populações. É esse o compromisso que eu tenho e o PS também tem essa consciência. E o que eu quero é que vocês, independentemente do partido, tenham orgulho no Presidente da Câmara, como eu quero ter orgulho nos meus Presidentes de Junta, independentemente da cor política pela qual foram eleitos.

Sobre a questão do carro, eu vou dizer o seguinte ao Sr. Presidente da Assembleia, com o maior respeito que tenho por ele, que é um Homem que eu admiro: eu não posso, nas reuniões da Câmara, impedir os Srs. Vereadores de dizerem o que entenderem. Posso insurgir-me mas não posso impedir que cada um tome as suas posições. Acho que nós, Executivo, não temos a obrigação de fiscalizar a Assembleia; pelo contrário, a Assembleia é



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fiscaliza o Município. E acho que devemos arranjar um revisor de contas para quando as contas vierem aqui, cada vez haver mais confiança nas mesmas. Não é desconfiar de nada nem de ninguém. Acho que algumas Câmaras já fazem isso: têm revisores de contas, que são revisores exigentes para que possamos ter confiança e também ter confiança nos próprios serviços que temos.

Mas, deixando a parte mais política: sobre a homenagem a Lopes Graça, já falei com o João Dinis para arranjarmos alguns contactos, para fazermos o concerto e já falei com o Sr. Presidente da Junta por causa da rua. E isto porque eu tenho que cumprir as recomendações que a Assembleia Municipal faz.

Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez: há aqui algumas preocupações que a Sra. manifestou em relação à terceira fase da estrada do Vale do Alva. Eu vou dizer-lhe: há um caderno de encargos de responsabilidades assumidas entre a Câmara Municipal e a empresa. E, em relação aquela obra, têm-se colocado muitas dúvidas. Mas vou dizer-lhe que há uma coisa que me tem afligido e angustiado. Às vezes, chego ao fim do dia angustiado com o conjunto de procedimentos burocráticos que são necessários para se fazer alguma coisa ou para se contratar alguma coisa. Aquela obra vai ser auditada por uma empresa de auditoria. O processo vai ser visto desde o início. Vai ser verificado o que é que falhou, o que é que tinha que ser feito, se estão as medições, não colocando os meus serviços em causa. Não faço isso. Até provas em contrário, tenho confiança neles. Eu expliquei aos serviços que a auditorias se destina a dar-lhes razão, a provar que estão a fazer bem o seu trabalho.

Sobre a estrada, chamei ainda os responsáveis da Câmara e disse-lhes que, se os trabalhos não forem feitos nesta altura, quando há boas condições climáticas, não serão quando estiver a chover. Mas fiz mais: fiz uma reunião com o empreiteiro, que deu algumas justificações. Eu alertei-o para os prazos. Ele invocou – legalmente, segundo ele – as condições climáticas mas ficou sensibilizado para o problema. Referiu também que tinha um compromisso em Belmonte, uma série de desculpas. Eu disse-lhe que, o que para mim era claro, era que esta obra tinha que estar feita o mais depressa possível. Também o alertei para a proximidade da realização da Festa de Nossa Senhora das Preces, em Vale de Maceira. O que eu posso cumprir é um conjunto de regulamentos e contratos, como compreende.

Quanto à sinalização, acredito na insuficiência dessa sinalização e vou falar com os meus serviços a propósito disso. Mas não tenho dúvidas, pela experiência análoga em relação à estrada Oliveira / Felgueira.

Sobre a água do tanque, o Dr. Francisco Rodrigues dizia-me há pouco que sabia que eles tinham utilizado e que também já a tinham colocado. Se a utilizaram posteriormente e se não a repuseram, também vamos saber.

Quanto ao muro da Gramaça: acho que temos que revitalizar o tecido económico. Todos os Srs. Presidentes de Junta sabem qual é a minha posição em relação a isto: tentamos pedir os orçamentos aos pequenos empreiteiros daquelas zonas. Isto é uma tentativa de revitalização dos nossos pequenos empreiteiros. Este foi o princípio que nos traiu um bocado no caso do muro da Gramaça. A plataforma de contratação exige que as pessoas tenham que entregar as declarações da Segurança Social e das Finanças e a empresa que apresentou o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor orçamento não o conseguiu fazer. Assim, o procedimento teve que ser anulado e voltado a lançar. No caso do muro do Avelar, a sua execução já foi adjudicada.

N que diz respeito à recolha de lixo em Aldeia das Dez e sobre o Hotel Quinta da Geia, queria dizer duas ou três coisas. A Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia têm que se articular em algumas áreas. E o que eu tenho feito é na continuidade do que se fazia no passado. Não dei mais nem menos responsabilidades à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez. Mas tenham a certeza de uma coisa: já lhe dei mais dinheiro do que o anterior Executivo tinha recebido. Mas admito perfeitamente que possamos discutir o assunto e tentar encontrar uma solução de consenso.

E pensei, Sra. Presidente da Junta, que pudesse ter vindo hoje aqui para dizer que ficou contente por eu ter integrado Aldeia das Dez na Rede das Aldeias de Xisto e nos projectos que estamos a construir para Aldeia das Dez.

Quanto à Quinta da Geia: é um pólo de turismo por excelência, que honra o nosso concelho. Mas perceba que o meu Gabinete de Apoio às Freguesias, numa tentativa de boa fé, respondeu afirmativamente ao seu pedido. Mas há aqui um problema: a prestação de um serviço naquilo que é privado. A Quinta da Geia merecia ser apoiada da nossa parte mas a lei não o permite neste caso. Haveria, certamente, outras unidades turísticas a pedir que lhes fossemos recolher o lixo em propriedade privada. É esse cuidado que devemos ter.

Na questão focada pelo Eng^o Maia sobre as máquinas, há um planeamento que não depende só do poder político. Hoje, algumas áreas estão muito mais entregues ao poder executivo do que ao poder político. O Gabinete Florestal faz essa articulação com as máquinas e é evidente que não podem andar todas no mesmo sítio.

Um aspecto que eu estava à espera que criticassem era o dos arbustos junto às estradas, que estão uma vergonha. Houve problemas com motoristas – férias, atestados – e chegámos até a ter dois tractores parados. E, como este ano houve muita vegetação, chegámos a equacionar contratar alguém para andar com os tractores. Mas, com o fim do ano lectivo e a maior disponibilidade dos motoristas, vamos ver se recuperamos o tempo perdido e regularizamos esta situação.

Quanto à Biblioteca, tive sempre uma análise crítica à sua construção naquele sítio. Achei sempre que o Brás Garcia de Mascarenhas era o sítio ideal para a construção da Biblioteca. Fui a Lisboa, ao IPLB, com o meu Chefe de Gabinete, para saber se poderíamos mudar e quais as implicações desse acto. Tivemos uma reunião com a Vice-Presidente e foi-nos dito que cederam em algumas coisas mas que foram sempre contra a Biblioteca. Eu referi-lhes que ficaram de subsidiar a obra em cinquenta por cento mas que ainda não tinham dado nada. Eles referiram que não deram nem vão dar porque não têm dinheiro. Deste modo, só terão que aprovar o projecto, para fins de financiamento comunitário, através da CIMPIN. Perante esta crítica, não fui logo parar a obra. Falei com o empreiteiro antes da suspensão dos trabalhos. E, numa outra reunião, o empreiteiro reivindicou mais sessenta mil euros de coisas que disse não estarem claras e isto está a ser analisado por um gabinete jurídico. Os meus serviços acham que o empreiteiro não tem razão. Por isso, mandei para um gabinete jurídico.

Também queria informar que temos estado a procurar consensos em processos que a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara tem em Tribunal. Mas isto não significa que queiramos um acordo só para ter um acordo. Mas há pequenas coisas que podemos resolver com racionalidade e bom-senso.

Ainda no que respeita à Biblioteca, aquele edifício tem que ser feito. Pode não ser para aquele fim mas tem que levar a cobertura. Portanto, o empreiteiro ainda vai continuar as obras. Entretanto, a CIMPIN também disse que financiamento podia transitar para a outra Biblioteca mas que era um financiamento pouco elevado. Estavam aqui reunidas as condições de coerência para levar o assunto a reunião da Câmara. E, se maioria dos Srs. Deputados decidir que acha que o investimento é muito grande em termos de planeamento, e que a Biblioteca deve ser feita no mesmo local porque já estava adiantada, respeitarei a decisão porque a democracia é isso. A minha convicção é que não é a melhor opção.

Sobre a ESTGOH: percebo perfeitamente o discurso do João Dinis, que é coerente. E eu não posso estar mais de acordo com ele. Tem havido um grande trabalho nesta área. Nós dimensionámos a obra e, na minha opinião, não pode custar mais de três milhões de euros. Já demos passos decisivos nesta luta, também por causa dos dinheiros. Porque não vale a pena enganarmo-nos. Esta obra, com dinheiro do Governo, nunca será feita. Tenham consciência disso. Então, haverá outro caminho para pouparmos alguma coisa? Há. O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, a quem eu pedi uma reunião, ainda não me disse que não e ainda não me marcou. E eu já a pedi aí há um mês. Algumas pessoas que falaram com ele desta audiência, ele disse logo “se é para dar dinheiro, não vale a pena. Que não venham cá porque não tenho dinheiro para dar para a obra. E ninguém vai fazer uma escola agora”. Por isso, isto é claro. Assim, qual foi o caminho que percorremos? O Sr. Governador Civil participou em várias reuniões comigo. Já tive duas reuniões com o Sr. Presidente da CCDRC, Prof. Alfredo Marques, no sentido de se tentar enquadrar o investimento no Quadro Comunitário. O anterior projecto, apresentado no outro mandato para a Acibeira, custava dez milhões de euros. Se calhar, a escola poderia estar feita. Foi dimensionada para dois mil alunos, que não terá. E também tinha o grande problema do auditório. A nossa escola não pode ser dimensionada para mais de mil alunos, nas melhores perspectivas. O Sr. Presidente da CCDRC disse que a escola não tinha enquadramento no Programa Operacional Regional do Centro – ao contrário dos centros escolares – mas falou da possibilidade de apresentação de uma candidatura ao POVT, comprometendo-se a falar com a respectiva gestora. Entretanto, o Sr. Governador Civil também falou com ela. Hoje, estou muito convencido que esse tem que ser o caminho. Também se colocou a questão de quem apresentaria a candidatura: o Instituto Politécnico ou a Câmara. E chegou-se à conclusão que a candidatura deve ser elaborada pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, com um protocolo – aprovado nesta Assembleia – de cedência das instalações ao Instituto Politécnico de Coimbra. A Câmara entrará com vinte por cento e Bruxelas com oitenta por cento. Vejam como é que uma pessoa evolui: eu até já tive a ideia desta escola ficar em Lagares e evolui para ficar em Oliveira do Hospital. E, quando entrei em campanha, nunca a considerei como primeira prioridade. Mas hoje tenho a ideia clara que esta escola é, talvez, a prioridade principal neste momento. Temos que resolver este problema. Porque, se não a fizermos, mais dia ou menos dia, ficamos sem a escola. E eu sei do que é que estou aqui a falar. E acho que é fundamental nós termos a consciência de que, se tivermos que fazer um sacrifício dentro destes parâmetros dos três milhões de euros, se não tivermos outro caminho, nós temos que fazer a escola. Mas posso ser derrotado nesta “guerra”, que tem estado muito bem articulada e na qual tenho sido ajudado por muita gente.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No que diz respeito ao problema dos Mega-Agrupamentos, eu e a minha equipa, a minha Vereadora, somos claros como a água: o nosso princípio é não concordar com os Mega-Agrupamentos feitos de qualquer maneira porque não percebemos se aquilo tem algum interesse pedagógico. Na segunda-feira, numa reunião na DREC com o Sr. Secretário de Estado, João Mata, posicionei-me frontalmente contra estes Mega-Agrupamentos. Fui secundado apenas pelo Sr. Presidente da Câmara de Coimbra, pela Sra. Presidente da Câmara de Miranda do Corvo e pelo Sr. Presidente da Câmara de Tábua. Todos os outros Presidentes acharam que o processo é pacífico. Mas, a mim, não me interessa o que os outros acham e quais são as realidades dos outros. Interessa-me a realidade de Oliveira do Hospital. E estou disponível para a discutir com a Sra. Directora Regional e com o Sr. Secretário de Estado. E acredito que, em termos de rentabilidade de recursos, seja preciso criar algumas unidades orgânicas. Mas penso que, se se criar uma unidade orgânica com três mil e quinhentos alunos, se isto é alguma coisa. E eu fiz uma pergunta muito directa ao Sr. Secretário de Estado: “diga-me se esta é uma medida pedagógica ou se, em termos económicos, quanto é que o País poupa ao fazer estes Mega-Agrupamentos”. E também lho referi algo que não acho correcto: que pessoas que foram eleitas para directores, que se candidataram com um programa, se submeteram a sufrágio, de repente, sem uma lei clara, tem que se juntar a outro. Isto não são formas correctas de tratar os assuntos. Eu chamei os directores de todos os agrupamentos a uma reunião e estivemos a discutir este problema e a tentar encontrar algumas soluções, à excepção de Lagares da Beira, que se fez representar por uma sub-directora. Mas também é verdade que, até agora, em todos os territórios que estão aqui de volta, já foram construídos os Mega-Agrupamentos, o nosso ainda não foi tocado. Porque eu disse ao Sr. Secretário de Estado que estava disponível mas que, neste momento, nestas condições, era contra.

Sobre as escolas de vinte e um alunos, também houve uma grande discussão. Todos nós percebemos que as escolas não podem funcionar com cinco, seis alunos. Acho que o número para as escolas fecharem era a lei de oitenta e nove, ou seja, os dez alunos, que se devia aplicar gradualmente. Porque haverá condições no País de escolas com menos de dez alunos que não se pode aplicar a lei. A lei não pode ser cega. Tem de ir de encontro aos interesses das crianças. Portanto, sobre as escolas de vinte e um alunos sou absolutamente contra.

Nesta reunião, também foi discutido o facto de, depois, serem os municípios a ter que transportar os alunos e, assim, o Governo poupar mais dinheiro.

No caso de Meruge, que tem vinte e um alunos e uma grande qualidade pedagógica, para esses casos, propusemos ao Sr. Secretário de Estado que, em vez de um professor, coloquem dois, ficando dois anos para cada um. É razoável. A qualidade pedagógica aumenta também e as crianças fazem parte das suas freguesias. A desertificação das nossas aldeias tem muito a ver com muitas medidas que foram tomadas no tempo.

Também estamos a trabalhar no projecto do Centro Escolar de Nogueira do Cravo e, em Coimbra, também me abriram a possibilidade de fazermos em Oliveira do Hospital um Centro Escolar do mais moderno, que custaria mais do que as instalações da ESTGOH.

Sobre o SAP queria dizer que, em todas as reuniões em que estive, ficou assegurado que o nosso SAP não fecharia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto aos IC's, está a decorrer o impacto ambiental e não há nada mais a referir.

No que respeita ao evento realizado na zoa histórica, queria dizer que a Câmara apoiou apenas com a montagem de algumas coisas e nada mais do que isso. Por isso, o mérito é todo da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital que tiveram uma ideia e a concretizaram, pelo que eu também me congratulo.

Sobre a FICACOL e a marca EXPOH, como eu disse há pouco, não gosto muito de falar de passado. A EXPOH é para ser o futuro. A Feira vai ser uma organização conjunta da ADI e a Câmara Municipal. Para já, a Câmara atribuiu um subsídio de vinte e cinco mil euros para o arranque. Mas é nossa ideia que esta Feira nunca possa dar prejuízo ou que dê o mínimo possível. Eu quero que o nosso Município, no máximo dos máximos, gaste cinquenta mil euros nesta Feira. Mas é o máximo porque o que seria ideal era gastar vinte e cinco mil euros. E, para isso, tem que haver alguma rentabilidade. Os preços foram retirados de algumas feiras realizadas perto daqui. Não foi feito muito diferente do modelo de Seia. Vamos ter dias de espectáculos pagos a preço simbólico e vamos ter dias absolutamente gratuitos. Estamos a tentar ter algum equilíbrio. O nosso objectivo é ter o máximo número de expositores do nosso concelho. Havia uns preços exagerados, sobretudo nos terrenos para expositores de carros e tractores, mas já foram revistos. Esta é uma primeira experiência, estamos a começar do zero, mas acredito que conseguiremos retomar ao nível em que já devia estar há anos.

Quanto aos esgotos a céu aberto, nós já contratámos pela segunda vez este ano uma empresa para fazer aquelas limpezas. Este também deve ser um dos maiores combates. Temos estado a trabalhar muito bem nas Águas do Zêzere e Côa. As obras estão a ser retomadas. Vão arrancar também no Seixo da Beira e em Aldeia das Dez. Tem havido uma grande articulação e reconhecimento que também tem havido um grande empenho em resolver os problemas.

No que respeita à informação para a Assembleia, vai circular hoje uma folha para registo de quem quer que a mesma seja enviada por via electrónica. Houve aqui uma reunião dos grupos parlamentares sobre a situação que o Eng^o Rafael tinha aqui falado sobre alguns documentos a acrescentar e ficou combinado que se acrescentaria a lista de quem é que a Câmara Municipal deve. Mas ainda poderemos reajustar mais algumas coisas, se necessário.

Sobre as actas do Município: eu quero que as actas lá estejam. Quero que conheçam a discussão. E até digo mais: acabei de contratar uma empresa de Viseu para ter um site mais dinâmico, um site que dê respostas. Também estamos a fazer um acordo com uma empresa para agilizar os processos por via electrónica porque esta Câmara não tem contabilidade de custos. Por exemplo: quando quero saber quanto se gastou em determinado sítio, tenho uma dificuldade tremenda. Por isso, há aqui umas coisas para melhorar mas dêem-nos tempo para o fazer.

Quanto à intervenção do Sr. Raúl Dinis relativa à limpeza dos contentores, eu registo. Já fizemos uma limpeza dos contentores e penso que vai haver outra.

Sobre o arranjo das lombas: há algumas que queremos rebaixar mas não podemos tocar na obra enquanto estiver dentro da garantia. Teremos que esperar que esse prazo passe para rebaixarmos uma ou outra lomba.

No que respeita à questão do emprego, tem havido algumas intenções de empresas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para se instalarem na nossa zona industrial. E aquilo que era difícil fazer e que nós temos feito, é que a ampliação da zona industrial é um daqueles processos burocráticos de que falei há pouco que me davam angústia. Mas, também um bocado pela nossa pressão política, vamos ter uma reunião extraordinária onde aquela ampliação vai ser aprovada. Há aqui algumas coisas que temos tentado fazer. Há o problema da HBC em que ainda tenho a esperança que o bom-senso prevaleça e que se vá abrir com cento e vinte postos de trabalho. Também acredito que esta Plataforma, que eu espero que resolva os problemas da Acibeira, possa também dar um contributo para a questão do emprego. Portanto, estamos a trabalhar nesse sentido.”

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município – tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal prestado algumas informações adicionais, nomeadamente sobre a informação financeira, dando conta que se continua a respeitar o equilíbrio financeiro e os compromissos com os fornecedores.

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Autorização, nos termos dos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, para a repartição de encargos da empreitada de “Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e da EM 507-1-ER / Limite do Concelho / Pólo Industrial do Seixo da Beira”.

Depois do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter dado uma pequena explicação, o Sr. Engº Carlos Maia pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Só um pequeno aparte que me esqueci de fazer na primeira intervenção: a Junta de Freguesia do Ervedal, em colaboração com a Câmara Municipal e toda as associações da freguesia, vai promover um evento nos dias dezasseis, dezassete e dezoito de Julho, com animação, artesanato, gastronomia, exposições, entre outras atracções. Queria, assim, convidar todos a estarem presentes no evento pois serão bem recebidos, com certeza.

Quanto a este ponto e acerca desta adjudicação, eu quero somente congratular-me porque já se vê a “luz ao fundo do túnel” da estrada de saída do concelho para Travancinha. Associado a isto está também a estrada do Moinho do Buraco para o Pólo Industrial da Cordinha. E quero congratular-me, fundamentalmente, porque é uma obra que andámos aqui anos e anos a lutar por ela, infelizmente chegando à conclusão que esta obra, particularmente a estrada de saída do concelho, mais me pareceu uma teimosia de alguém, do anterior Presidente da Câmara. Porque toda a gente sabia e o Sr. Presidente da Câmara também sabia do péssimo estado em que se encontrava a estrada e que era uma vergonha. Eu recordo-me que ainda estava na vereação da Câmara Municipal quando Seia fez a parte deles na estrada e não houve um entendimento com Oliveira do Hospital no sentido da obra ter sido logo toda feita.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta de autorização para a repartição de encargos da empreitada de “Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e da EM 507-1-ER / Limite do Concelho / Pólo Industrial do Seixo da Beira, tendo sido aprovada por unanimidade.

Depois, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Designação, nos termos da alínea b)



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do nº 1 do artigo 31º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, de um representante do Município de Oliveira do Hospital no Conselho da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

Sobre este assunto, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez a seguinte intervenção:

“Houve uma conversa prévia com os representantes das forças políticas presentes na Assembleia e há um consenso sobre a Sra. Directora do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, Dra. Aldina Neves. É evidente que há aqui dois médicos na Assembleia. De qualquer forma e considerando as responsabilidades que a Sra. Dra. Aldina tem no concelho, considerou-se que seria o nome mais indicado. Há consenso quanto a este nome, pelo que vamos efectuar a respectiva votação.”

Sobre este assunto, a Sra. Dra. Sónia Martins pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Apesar de termos neste órgão dois médicos como deputados, Dr. Fernando Alves e Dr. Madeira Dias, e de reconhecermos a ambos o mérito, profissionalismo, empenho e dedicação no sector da saúde no nosso concelho, estaríamos muito bem representados se qualquer um deles integrasse o Conselho da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..

No entanto, entendemos que, para integrar o referido Conselho, era necessário um médico que tivesse exercido cargos de direcção, que tenha experiência na administração da saúde e, por isso, entendemos que, tal como disse o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o representante do Município de Oliveira do Hospital no Conselho da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, seja a Dra. Aldina Neves.

A Dra. Aldina foi Directora e Coordenadora do Centro de Saúde desta cidade e, por isso, é conhecedora das realidades e desafios com que se depara o sector da saúde. Para além das realidades e desafios e, em consequência do exercício destes cargos de direcção que integrou, tem a capacidade de diagnosticar as necessidades. Por outro lado, levámos em consideração – e as forças políticas manifestaram-se nesse sentido – que a Dra. Aldina também tem regime de exclusividade no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.

Neste sentido, é com agrado que vejo o seu nome ser proposto para ser aprovado por unanimidade.”

Intervenção, depois, a Sra. Dra. Luísa Vales:

“Enquanto profissional de saúde, a responsável pelo serviço do Gabinete do Cidadão do nosso Centro de Saúde e como membro desta Assembleia Municipal, não podia deixar de proferir algumas palavras acerca da importância do Conselho da Comunidade, no âmbito da reforma dos cuidados de saúde primários.

O Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, cria os Agrupamentos dos Centros de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde, os chamados ACES, e estabelece o seu regime de organização e funcionamento.

Tem por missão garantir a prestação de cuidados primários à população de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinada área geográfica e pretendem afirmar-se como a primeira e principal forma de contacto com os cidadãos.

O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital pertence ao Agrupamento Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte 1, o chamado ACES PIN1, e abrange os Centros de Saúde da Lousã, Miranda do Corvo, Góis, Pampilhosa da Serra, Arganil, Vila Nova de Poiares e Tábua, sendo a sede do Agrupamento o Centro de Saúde da Lousã e é gerido pelo Director Executivo.

O ACES pode compreender várias unidades funcionais entre as quais a Unidade de Saúde Familiar, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, a Unidade de Cuidados na Comunidade, a Unidade de Saúde Pública, a Unidade de Recursos Existenciais Partilhados, ou outras unidades ou serviços propostos pela respectiva ARS, I.P., e aprovados por despacho do Ministro da Saúde.

O Plano de Actividades do ACES inclui programas já criados, como seja o Gabinete do Cidadão, com serviço de apoio ao Director Executivo na área dos direitos e deveres dos utilizadores, circuito e tratamento das sugestões e reclamações, e grau de satisfação dos utentes do ACES, havendo neste momento canais de comunicação em cada um dos oito centros de saúde. E outros a implementar, como seja a criação e funcionamento do Conselho da Comunidade, com o objectivo de envolver todos os parceiros comunitários na vida do ACES.

De acordo com o artigo 31º do Decreto-Lei já referido, o Conselho da Comunidade é composto por vários representantes de entidades do ACES PIN1, entre os quais um representante indicado pelas Câmaras Municipais da área de actuação do ACES, um representante de cada Município abrangido pelo ACES designado pelas respectivas Assembleias Municipais, um representante do Centro Distrital de Segurança Social, um representante das IPSS, um representante das escolas ou agrupamentos de escolas, um representante da associação de utentes do ACES designado pela respectiva direcção, um representante das associações sindicais, um representante das associações de empregadores, um representante do hospital de referência, um representante das equipas de voluntariado social e um representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Este Conselho da Comunidade tem, como competências, alertar o Director Executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde, propor acções de educação e promoção da saúde e de combate à doença, dinamizar associações e redes de utentes promotoras de equipas do voluntariado.

O actual Plano Nacional de Saúde atribui uma clara ênfase à centralidade do sistema, ao cidadão e propõe dar voz à cidadania através de organizações da sociedade civil.

Assim, é fundamental reconhecer e fortalecer o papel e a importância das organizações de cidadãos pela sua potencialidade de influenciar quem toma as decisões no âmbito do sistema de saúde pois, o que em essência se pretende, não é melhorar os cuidados de saúde mas sim melhorar a saúde dos cidadãos.

Considero, assim, oportuno lançar-vos um desafio para constituírem uma associação de utentes no nosso concelho, no âmbito da Lei nº 44/2005, de 29 de Agosto, que estabelece



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa dos utentes de saúde junto da administração central, regional e local, com o objectivo principal de proteger os interesses e direitos dos utentes de saúde.

Considero pertinente informar-vos que pretendo apresentar também este desafio numa reunião de CLAS, oportunamente. É consenso geral reconhecer-se que a participação representa uma estratégia essencial para melhorar a qualidade e o desempenho do sistema de saúde e o princípio-chave a ser incorporado em todos os processos da reforma das políticas de saúde.

E vou terminar parafraseando Erico Veríssimo: “quando os ventos de mudança sopram, algumas pessoas levantam barreiras e outras constroem moinhos de vento”.

Em seguida, o Sr. Dr. José António Madeira Dias pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não era para falar mas, como é sobre saúde e o meu nome foi citado, quero dizer que é absolutamente pacífica a nomeação da Dra. Aldina. É normal e natural que assim seja.

Queria só chamar a atenção para um facto que, por vezes, é esquecido. Isto tem a ver com o Governo e com as instituições públicas em geral, que é esquecerem-se, neste caso, da Fundação Aurélio Amaro Diniz, que é uma IPSS. Os ACES, como já foi aqui citado, tem várias unidades funcionais. Mas também diz, numa alínea de um artigo, “e outras”. A Fundação não é hospital de referência. O hospital de referência é o Hospital da Universidade de Coimbra mas a Fundação é um hospital desta zona que tem alguma relevância. Ainda na semana passada atendi um doente de Guimarães, para terem uma ideia da abrangência. Espero que, depois, haja alguma integração porque a Fundação tem uma importância que o Município não deve desperdiçar, quer em *know-how*, quer em peso específico na saúde.

Para terminar: a Dra. Aldina é consensual e vai ser votada por nós, como é evidente.”

Seguidamente, posta à votação a proposta de designação da Sra. Dra. Aldina Henriques Lopes Cunha Neves para representar o Município de Oliveira do Hospital no Conselho da Comunidade da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., foi a mesma aprovada por unanimidade.

Por fim, colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, foi a mesma aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo uma hora e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____